

ESTADO DE MATO GROSSO



DIÁRIO OFICIAL

SUPLEMENTO MENSAL

administração: governo *Wilmar Peres de Farias*

ANO I — CUIABÁ — QUINTA FEIRA, 05 DE FEVEREIRO DE 1.987. — Nº 7

SUMÁRIO

NDIHR
BIBLIOTECA

- CONSTITUINTE E EDUCAÇÃO, por Luiza Rios Ricci Volpato. Página 2.
- O GUARDA-MÓR PERPÉTUO DAS MINAS DE CUIABÁ, por Pedro Rocha Jucá. Páginas 8 e 9.
- AFRANIO CORRÊA: UM CUIABANO BRILHA NA BAHIA, por Marta de Arruda. Página 3.
- OBRIGADO, POR PODER FELICITA-LO, por Octayde Jorge da Silva. Página 10.
- NOTÍCIAS METEOROLÓGICAS EM MATO GROSSO, por Jorge Bomble. Páginas 4 e 5.
- SOBRE AS OUVIDORIAS DE CUIABÁ E MATO GROSSO, por Lenine Neguette. Páginas 11, 12, 13, 14 e 15.
- OS 260 ANOS DA VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ, por Ubaldo Monteiro. Página 6.
- MÉDICO E O SEU TRANSPORTE, por Luis-Philippe Pereira Leite. Página 16.
- DA ARTE DA CONVERSAÇÃO, por Antonio de Arruda. Página 7.

NDIHR
BIBLIOTECA

CONSTITUINTE E EDUCAÇÃO

Luiza Rios Ricci Volpato

"Num termo

Página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações".

Chico Buarque.

Quando a nação começa novamente a despertar e se lembra que tem o direito de questionar, protestar e reivindicar, percebe que não "dormia", mas devia estar anestesiada, para não ter percebido "que era subtraída em tenebrosas transações". Ao despertar, a nação percebe que as "Tenebrosas transações" eram muito mais tenebrosas do que poderia supor a sua imaginação. Num dióscoro de escândalos e fraudes a nação denara com um quadro muito mais negro do que poderia supor. E cabe a todos nós nos perguntarmos: como foi que tudo isso aconteceu? Como pôde a nação dormir, quando estava sendo alvo de violência?

Tudo isso aconteceu no bojo de um processo, que usando como disfarce o jargão de que estava protegendo o Brasil do comunismo abriu as portas do país para o capital estrangeiro. Processo no qual o Estado teve um papel fundamental, pois criava todas as facilidades para que ocorresse a acumulação de capital em detrimento das classes menos favorecidas. Isto é, o processo de desenvolvimento que o Brasil vivenciou nos últimos vinte anos foi feito com o prejuízo das classes trabalhadoras. O desenvolvimento do país se deu na medida em que a classe média empobrecia e na medida em que os operários se afindavam num processo de pauperização.

E ninguém reclamou? Nisso também foi fundamental a participação do Estado. Enquanto ele criava as condições para que os pobres se tornassem mais pobres a fim de que os ricos se tornassem mais ricos, tirava da nação o direito de lutar pelos seus direitos. Como isso foi possível? Através de uma política de controle e repressão política e social, que conteve com violência todas as manifestações populares da Sociedade Civil, instituiu a censura dos meios de comunicação e difusão cultural e desestimulou toda forma de manifestação crítica. Nesse processo de repressão, atenção especial foi dada à Educação. Ainda em 1969, a universidade brasileira foi vítima de uma violenta repressão, quando foi negado a um número significativo de professores o direito de ensinar e a um número ainda maior de estudantes o de frequentar as escolas de nível superior.

A censura entrou na universidade pela porta da frente, definiu o que poderia ser lido e estudado e o que poderia ser objeto de pesquisa. Esse violento processo de repressão teve como alvo principal as Ciências Humanas e a Filosofia. Em 1971, foi feita no Brasil a Reforma de Ensino, endereçada ao ensino de 1º e 2º graus. Essa reforma se propunha a criar um sistema de ensino compatível com o processo de desenvolvimento que o país vinha vivendo. A reforma questionava o ensino acadêmico ministrado até então e propunha uma educação para o desenvolvimento e impunha o ensino profissionalizante. Era o enaltecimento das Ciências Exatas e da Tecnologia em detrimento das Artes, da Filosofia e das Ciências Humanas. Assim o ensino de 1º e 2º graus sofreram uma drástica redução das disciplinas reflexivas e os alunos foram desestimulados de questionar a realidade concreta na qual vivem, foram desestimulados de pensar e de se comunicar.

A Reforma de Ensino questionava também o antigo sistema de avaliação, acusando-o de elitista. Em nome da chamada democratização do ensino, a escola, em menos de vinte anos, sofreu uma violenta queda de qualidade em favor do aumento de alunos atendidos. A baixa qualidade do ensino de 1º e 2º graus no Brasil está amplamente atestada pela existência dos inúmeros cursinhos de vestibulares, que se colocam hoje como único canal de acesso do jovem à universidade. A transição do aluno do ensino de 2º para o 3º grau, deveria ser um processo tranqüilo de trânsito de uma etapa para outra. No entanto, são raros, hoje em dia os exemplos de alunos, que sem deixar uma soma razoável de dinheiro para em mensali-

dades dos cursinhos conseguem entrar na universidade. Quem não tem dinheiro para pagar os cursinhos ou fica fora da universidade ou vai conseguir seu diploma de curso superior nas faculdades particulares, que, salvo honrosas exceções, ministram um ensino de baixa qualidade, não promovem pesquisa e desestimulam a reflexão crítica.

Mas por que esse tipo de educação foi importante dentro do modelo desenvolvimentista vivido pelo país? Porque esse tipo de educação de um lado nanteve as novas gerações das classes populares alijadas do processo de conhecimento, na medida em que o ensino ministrado nas escolas públicas tornou-se insuficiente para abrir-lhes os horizontes da reflexão crítica e do crescimento intelectual. A chamada democratização do ensino, na verdade é o reforço de uma educação seletiva, uma vez que a educação ministrada pelo Estado nas escolas de 1º e 2º graus não possibilita aos alunos de baixa renda condições que possam criar-lhes novas alternativas de vida. Por outro lado esse tipo de educação esvaziando a reflexão crítica conseguiu que os jovens do conjunto da sociedade não tivessem suas atenções despertadas para o processo de espoliação de que o país estava sendo vítima. Desestimulou a formação e incentivou o desinteresse pelas questões sociais.

Mas, apesar de todos os mecanismos de controle e repressão utilizados, alguns núcleos de reivindicação permaneceram vivos, outros surgiram e a partir de meados dos anos 70, vários focos de luta e resistência começaram a adquirir visibilidade e foram fundamentais para o processo de abertura política, que teve início nesse período. Nesse sentido é importante salientar a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil, da Tereza Católica, notadamente as Comunidades Eclesiais de Base, as Associações de Bairros, entre outros, que desenvolvendo diferentes manifestações de luta e reivindicações despertaram a atenção do conjunto da sociedade para os problemas vividos pelo país. A maioria dessas manifestações chamava a atenção para uma legislação injusta que mantinha a população marginalizada da vida política do país. Chamava a atenção para uma legislação que negava ao povo o direito de participar de decisões que iriam influir em seu destino. Chamavam a atenção para uma legislação ele-

Concluí na Página 5

SUPLEMENTO MENSAL

EXPEDIENTE

GOVERNO:

WILMAR PERES DE FARIAS

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO:

NEY ABBADIA DE OLIVEIRA

DIRETOR GERAL DA IOMAT:

ANANIAS VIEIRA DA SILVA

DIAGRAMADORES:

CELMO MOLINA

VALDECIR BACANI

IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua 13 de Junho n.º 431 Fone: 321-4613

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

Endereço para Correspondências e Contatos:

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, NOIHR, Universidade Federal de Mato Grosso, Bloco do Centro de Ciências Agrárias, Sala 56. Fone: 361-2211 (Ramal 170).

AFRÂNIO CORRÊA : UM CUIABANO BRILHA NA BAHIA

Marta de Arruda

A poucos metros do Mercado Municipal, no antigo centro de Salvador, o cuiabano Afrânio Correa dá ordens aos seus funcionários do "Informe do Empresário". O tom da voz ainda carrega velhos vícios que o caracteriza como filho da "Cidade Verde". Aliás, é um orgulho para ele dizer que é cuiabano, mesmo vivendo há mais de 40 anos longe da sua terra. Em 27 de maio de 1981, numa longa conversa com esta, o jornalista, advogado e empossado reviveu o seu passado de menino nascido na Rua do Campo (atual Barão de Melgaço). Contou ainda sobre o susto que lhe acometeu aterrissar no aeroporto Marechal Rondon e vir olhando a nossa paisagem onde o verde foi invadido por incômodos espiques de cimento armado. "Quis voltar imediatamente! Tive vontade de chorar! E só conciliei com a nova Cuiabá ao saborear algumas postas de pacu frito na casa do meu amigo Arquimedes Lima, preparadas pela dona Zelinda. Ai sim, ao degustar aquela gostosura, senti-me realmente na minha Cuiabá. Foi o que sobrou do passado! A alegria veio da barriça."

Afrânio narra sua vida comecada na Barão de Melgaço, onde hoje se ergue o prédio do Bradesco Investimentos. Quer esconder as emoções e de vez em quando nára, suspira fundo, sorri, e as palavras vão saindo como borbulhos no fundo do rio Cuiabá. O filho do médico Caio Corrêa e dona Hilda Lima Corrêa, nascido no dia 02 de agosto de 1.922, tem uma longa história a contar.

INFÂNCIA - Cuiabá para mim representa muito mais do que uma cidade onde nasci, porque realmente aqui eu tive uma infância muito tranquila, muito agradável e muito mansa. Ultimamente venho tendo uns sonhos esquisitos, com uns casarões e corredores grandes. Então passei a admitir que as reminiscências da minha infância estejam aflorando. Quer dizer, é a vontade que estou sentindo de rever Cuiabá. Portanto, a minha vinda aqui agora obedece a uma necessidade psicológica. Que vida curiosa nós tínhamos! Papai foi uma pessoa formidável. Lá em casa nós tínhamos piano, violino e muitos animais: cães, gatos, cachorros, gatos e até uma cobra. Era uma gibóia. Ela gostava de música. Quando papai tocava, ela vinha rastejando. Era um escândalo. Quem lá estivesse saía gritando e meu pai divertia-se com a confusão. Eu me habituei nesse ambiente bastante descontraído. Quantas vezes a gente estava almoçando e o veado entrava na sala de jantar. Era um veado enorme, a cabeça mais alta do que a nossa mesa. Quando terminávamos, ele comia no prato. Nós também fazíamos teatro numa das salas do casarão e tínhamos público para aplaudir as nossas encenações."

JORNALISMO - Fiz três jornais da infância à juventude. Não sei porque razão tinha vocação para o jornalismo, pois meu pai não era desse ramo. Só sei que cismei de fazer um jornalzinho, por minha alta recreação. Era um jornal manuscrito que se chamava ABC. Só tinha um exemplar. Eu percorria a casa com ele e cobrava dez tostões pela sua leitura. Estava com 12 anos quando editei o ABC. Anos depois parti para um melhor negócio e lançamos "A Folha Juvenil", jornal quinzenal. Este circulou o ano todo com 200 exemplares. Em 1938, quando estava com 16 anos, editamos o "Correio da Semana", que obteve certa projeção. Eu escrevia quase todo o material do jornal. Meu tio Fábio Lima me remetia uns releases do Rio de Janeiro, e ele escrevia muito bem. Os artigos de fundo eram escritos pelo desembarçador Amarílio Novis. Eu ia para a casa dele na Barão de Melgaço, esquina com a Presidente Vargas. Ele sentava-se na rede e ia ditando seus artigos, enquanto eu transcrevia tudo à lápis. Com Dr. Amarílio aprendi a me organizar e escrever artigos opinativos sobre a política do Estado. Nós não atacávamos, porque não éramos bestas. Era o tempo da ditadura de Getúlio. Lembro-me bem de uma matéria na qual criticávamos um edital da Delegacia de Polícia que proibia a circulação de carros sem freios durante no carnaval. Comentamos achar estranho que só se proibisse a circulação de carros sem freios no carnaval, e durante o resto do ano? O delegado era o Dr. Antonio de Arruda. No dia seguinte mandou devolver o jornal com um bilhetezinho pouco lisonjeiro. Perdemos um assinante por causa disso."

Júlio Müller costumava me chamar e ditar

notas a serem publicadas no "Correio da Semana". Mas a grande conquista nossa foi a realização do primeiro concurso de Miss Brasil. Nós recebemos as candidatas do Sul e aqui havia três candidatas. O Hélio Ponce de Arruda e o médico encarregado de tomar as medidas das candidatas. O presidente da Academia de Letras também participou, bem como o prefeito Isaac Póvoas. O Buere nos cedeu os salões do seu bar, no Jardim Alencastro. A Miss Campo Grande chegou de avião do Sindicato Condor e não trazia malas. Alegou que tinha sido extravaziada. Foi uma complicação para tentar localizar a mala da mala. No final, fomos informados de que ela havia embarcado sem nada. Viajou de mãos abanando. Simplesmente não tinha roupa. Não tinha nada. Ai que compreendi o problema e arranjamos vestidos, sapatos e tal para que ela pudesse desfilir. Foi uma festa muito bonita. A vencedora charava-se Wânia. Foi para o Rio e me avistei com o Herbert Moses, presidente da FBI. Ao me ver, a primeira coisa que me perguntou foi: "Que é do seu pai?" Eles não julgavam que o editor daquele jornal fosse um garoto de 16 anos.

VIAGEM - Sai de Cuiabá naquela jardineira do Sacadura. Até Campo Grande levávamos 3 dias. De lá em diante pegávamos o trem. Cheguei em São Paulo levando a minha maquininha de escrever. Pequei um táxi e fui para um hotel que me haviam recomendado. Esqueci a máquina de escrever no carro. Fiquei desesperado sem saber o que ia fazer. Dali a meia hora chama o motorista para me devolver o esquecido. Foi a primeira devolução da minha vida. No dia seguinte fui para o Rio, onde cheguei a 20 de outubro de 1938. Lá tomei conhecimento de muitas coisas, entre as quais a da macã, pois em Cuiabá não havia macãs. Logo entrei no ritmo da vida carioca. Em 47 fui convidado para dirigir o "Jornal do Comércio" de Campo Grande, onde fiquei dois anos. Era Jayre Vasconcellos.

PROFISSÃO - Tentei ingressar na Escola Militar, mas fui reprovado por motivo de saúde. Não quis acreditar, porque tinha uma saúde perfeita. Mais tarde fiquei sabendo através de um capitão que o motivo da minha reprovação foi ter um ombro mais baixo que o outro. Tomei conhecimento que a gente tem que ter os ombros iguais para ser alguma coisa.

Ingressei na Faculdade Nacional de Direito classificado em oitavo lugar. Ao mesmo tempo escrevia para a "Gazeta de Notícias", "Jornal do Brasil" e revista "Cultura Política", do DIP. Para esta revista escrevi um artigo sobre as diferenças regionais do Norte de Mato Grosso e o Sul. O professor Almiro de Andrade leu o artigo e me pagou 500 mil réis por ele. Esse dinheiro representava dois meses de mesada do meu pai. A partir de então comecei a escrever diversos artigos e era ricamente compensado.

NOVA CUIABÁ - Cheguei a conclusão de que realmente a nova Cuiabá é uma cidade mais dinâmica. O reitor Gabriel Novis Neves fez um trabalho fantástico para Mato Grosso, com a implantação da UFMT. A nossa capital reúne condições de se tornar uma grande e excelente cidade, sem os vícios das demais metrópolis. Vou falar de algumas pessoas que têm contribuído para o engrandecimento de Cuiabá: Jucá, diretor de "O Estado de Mato Grosso", é um rapaz formidável, entusiasmado dedicado, trabalhador. Desempenha papel importantíssimo para Cuiabá. A gente que conhece jornal sabe o que representa fazer o jornal. E Jucá é tudo: redator, fotógrafo, revisor, diagramador. Poucos se prestariam a um tão eclético trabalho como o que ele faz. Reencontrei também o Oliveira, empresário destemido de muitos anos. Ele acreditou e está dando certo. Fico deslumbrado com pessoas assim e me renasce a felicidade de ter nascido nesta terra de tanto amor, trabalho, entusiasmo, numa terra que se recupera para ter seu lugar na História."

* O NDIHR coloca ao dispor da comunidade seu acervo de entrevistas relativas ao projeto Foto-Fonográfico. Neste artigo focalizamos pequenos trechos de uma longa conversa.

NOTÍCIAS METEOROLÓGICAS EM MATO GROSSO

Jorge Bombled

Por ventura você, caríssimo leitor, é sabedor de que a implantação e o funcionamento do Serviço Informativo Meteorológico nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são devidos em grande parte aos trabalhos e à dedicação dos religiosos, salesianos, jesuitas e franciscanos, nas primeiras décadas deste Século XX? Pois bem, hoje proponho-me a desenvolver este assunto. Lê-se na coleção das Memórias Bioquímicas de São João Bosco - ela compõe-se de 19 volumes - a seguinte frase: "De todos os santos elevados à honra dos altares, Dom Bosco é o primeiro que se tenha interessado pela Meteorologia" (Mem. Bioq., vol. XVII, cap. XXII). Ora, às vésperas de se festejar o centenário do falecimento de Dom Bosco (+ em 31/jan./1888) será de grande utilidade, para o conhecimento de todos, a descrição do quanto ele dedicou uma parte de suas preocupações à Meteorologia, especialmente porque tinha em vista, com este meio científico, a salvação das almas juvenis.

O grande Papa Pio XI, de saudosa memória, ao canonizá-lo, dizia: "Dom Bosco estava sempre na vanguarda do progresso", e acrescentava: "Era um homem talhado para qualquer ramo da sabedoria. Se ele não pôde aplicar-se a todas as ciências, de nenhuma desconhecia o valor, e da Meteorologia foi um assíduo promotor e defensor". Mais detalhadamente descrevo todo este assunto na obra "MEIO SÉCULO DE METEOROLOGIA", IV volume, o qual aguarda o retoque final para ser publicado. Neste artigo basta recordar que os estudiosos do século anterior, em matéria de Geografia e de Meteorologia, esperavam a possibilidade de receber informações exatas a respeito do Continente Sul-Americano. Foi o que os salesianos conseguiram informar com a implantação de observatórios meteorológicos no Uruguai, na Argentina, no Chile, e por fim, no Brasil.

De fato, sob a chefia de Dom Lasagna, salesiano das primícias da Congregação, o então Pe. Malan e seus co-irmãos, subindo o rio do Prata, o São Lourenço e o rio Cuiabá, chegaram a esta Capital no dia 18 de junho de 1894. Instalados nas dependências da Igreja São Gonçalo, eles iniciaram o seu trabalho de catequese, de educação cristã e de instrução profissionalizante. Poucos anos depois, adquirindo uma chácara no atual lugar do Colégio São Gonçalo, trataram de iniciar observações meteorológicas, e para isso construíram no alto da colina (hoje desaparecida por ter sido aberta a atual Travessa Dom Bosco) uma torre, na qual instalaram os principais instrumentos para a medição da atmosfera e de seus elementos. No dia 17 de novembro de 1900, inaugurou-se o Observatório Meteorológico "Dom Bosco" de Cuiabá, na presença do Governador do Estado - naquela época chamava-se presidente -, do Arcebispo Metropolitano e das autoridades civis, militares e eclesiásticas. No dia 19 de dezembro do mesmo ano, principiaram oficialmente as observações diárias. Quando começou a sair do prelo a revista mensal "MATTO GROSSO", em 1904, dirigida e redigida pelos padres salesianos, publicaram-se pontualmente os dados obtidos pelo Observatório e foram distribuídos a muitas entidades científicas, dentro e fora do país.

Muitos tiveram, pois, conhecimento da existência do Observatório e tiveram em grande apreço os seus trabalhos. Foi então que o próprio Serviço Nacional de Meteorologia, na pessoa de seu diretor, Dr. Henrique Morize, solicitou a inserção do Observatório Dom Bosco

na rede oficial recém-nascida (18 de novembro de 1909). Assim, pois, desde o início de 1911, o mencionado Observatório funcionou sob as orientações da Diretoria do Serviço Nacional e para as finalidades do mesmo. Em 1960 festejou-se, com demonstrações públicas, o cinquentenário dos serviços prestados à Meteorologia pelo pessoal do Observatório Dom Bosco. Houve desfile escolar do Colégio São Gonçalo, manifestação na Praça da República, entrega solene da cidadania cuiabana ao então diretor do Observatório, padre Ricardo Remetter, na Câmara Municipal de Cuiabá, e, academia com a participação dos chefes de todos os Distritos de Meteorologia do Brasil, reunidos em seminário especial de estudo nesta Capital. Entretanto, na segunda década do século, já se propalava a abertura de vários postos meteorológicos pelo Mato Grosso: Barreiro (Meruri), Coxipó da Ponte, Corumbá, Sangradouro, Santa Rita do Araguaia (Alto Araguaia), Campo Grande, confiados aos padres salesianos; Diamantino, Utiariti, aos cuidados dos padres jesuitas; S. Luiz de Cáceres, dos franciscanos da Terceira Ordem.

Sómente pelos anos 1967 em diante, estes postos foram devolvidos aos cuidados de funcionários públicos, deixando aos reverendíssimos padres maior facilidade para o atendimento às necessidades espirituais do povo. Mas a dedicação, o esforço, os resultados, desses anos de operosidade científica sempre serão recordados com saudade e gratidão pelos pósteros, ao tomar conhecimento do pioneirismo dos religiosos em matéria meteorológica nas diversas regiões dos Estados de Mato Grosso. E, mais uma vez, a história verdadeira e imparcial demonstra como a Igreja Católica não é inimiga do progresso e da ciência, nem a Fé em Cristo Jesus é contraditória às pesquisas científicas ou ao avanço da técnica hodierna e futurista. Aliás, desde 1905, projetavam-se 27 estações, sem contar os pequenos postos de medição hidrométrica. De todas elas, algumas ainda funcionam regularmente, embora tenham mudado de local; outras extinguíram-se e outras nunca foram instaladas.

Aqui vão relacionadas estas estações. Barreira-Araguaia (General Carneiro), São Luiz de Cáceres (Cáceres), Corumbá, Bela Vista, Três Laçõas, Coxim, Utiariti, Vilhena, Presidente Murinho (Sangradouro), Registro do Araguaia (Araguaiana), Rosário Oeste, Diamantino, Ponte de Pedra, Poconé, Mato Grosso (Vila Bela), Forte Coimbra, Aquidauana, Campo Grande, Ponta Porã, Porto Murinho, Miranda, Coxipó da Ponte, Aragarças, Xavantina, Rio Verde, Gleba Arinos, Rio Ferro. A determinação do lugar geográfico - Longitude, Latitude e Altitude acima do nível do mar - de vinte e uma delas foi calculado com muita saquidade e preocupação pelo Reverendíssimo Padre Remetter em conjunto com o professor Sylvio Milanesse, ambos encarregados do Observatório Meteorológico Dom Bosco de Cuiabá. Esses cálculos foram verificados e confirmados por pessoas mais autorizadas garantindo a exatidão do serviço efetuado.

Na ordem progressiva das longitudes determinadas em relação ao Meridiano de Greenwich, elas são:

Três laçõas	- Long. 51º42'W.Gr. - Lat. 20º47'S.
Meruri	- " 51º44'W.Gr. - " 15º38'S.
Aragarças	- " 52º07'W.Gr. - " 15º56'S.
Xavantina	- " 52º08'W.Gr. - " 14º40'S.

NOTÍCIAS METEOROLÓGICAS EM MATO GROSSO

Registro do Araguaia	- Long. 53º13'W.Gr. -Lat.17º20'S.
Sanradouro	- " 53º55'W.Gr. - " 15º38'S.
Campo Grande	- " 54º37'W.Gr. - " 20º27'S.
Rio Ferro	- " 54º45'W.Gr. - " 12º35'S.
Coxim	- " 54º46'W.Gr. - " 18º23'S.
Ponta Porã	- " 55º37'W.Gr. - " 22º32'S.
Aquidauana	- " 55º45'W.Gr. - " 20º28'S.
Coxipó da Ponte	- " 56º06'W.Gr. - " 15º36'S.
Cuiabá	- " 56º06'W.Gr. - " 15º36'S.
Bela Vista	- " 56º22'W.Gr. - " 22º06'S.
Rosário Oeste	- " 56º25'W.Gr. - " 14º50'S.
Diamantino	- " 56º29'W.Gr. - " 14º24'S.
Corumbá	- " 57º39'W.Gr. - " 19º00'S.
Câceres	- " 57º41'W.Gr. - " 16º03'S.
Utiariti	- " 58º14'W.Gr. - " 13º02'S.
Vila Bela	- " 59º57'W.Gr. - " 15º00'S.
Vilhena	- " 60º06'W.Gr. - " 12º52'S.
Três Lagoas	- Alt. Est. 312,60 m.
Meruri	- " " 416,00 m.
Araçarcas	- " " ---
Xavantina	- " " ---
Registro do Araguaia	- " " ---
Sanradouro	- " " 552,00 m.
Campo Grande	- " " 649,40 m.
Rio Ferro	- " " 480,00 m.
Coxim	- " " ---
Ponta Porã	- " " 650,00 m.
Aquidauana	- " " 151,70 m.
Coxipó da Ponte	- " " 150,00 m.
Cuiabá	- " " 171,60 m.
Bela Vista	- " " ---
Rosário Oeste	- " " ---
Diamantino	- " " 259,00 m.
Corumbá	- " " 151,60 m.
Câceres	- " " 117,00 m.
Utiariti	- " " 385,00 m.
Vila Bela	- " " ---
Vilhena	- " " ---

Estas estações existiam e funcionavam em 1960. Por ora, daquelas que ainda sobreviverem, nem todas se acham no local então ocupado. Por isso, os valores acima, especialmente o da altitude, podem ter sido modificados.

Em anotações pessoais do padre Ricard do Remetter encontrei o nome de muitos outros postos menores. Tais são os de Brotas, Varzearia, B. Capanema, Pouso dos Macacos, José Bonifácio, Barão de Melgaço, Pimenta Bueno, Presidente Hermes, Presidente Penna, Jarú, Arikemes, Caritianos, Jacy Paraná, Mutum, Vila Murinho, Guajarã Mirim, Aldeia Queimada, Afonso, Barra dos Bugres, Porto Esperidião, Pontes Lacerda, Parecis. Tudo isto prova quanto os religiosos trabalharam para a extensão de uma rede de informações preciosas para a agricultura, o comércio, a indústria, as vias de comunicações e transportes, etc. que se beneficiam da Meteorologia e suas aplicações. Mas também, isto demonstra quantos são necessários observadores fiéis e conscienciosos para uma constante anotação diária e durante muitos anos a fio. Para formar esses obreiros, muitas vezes anônimos e humildes, as Universidades se apresentam como núcleos fecundos e eficacíssimos, razão por que faço votos que se estabeleça na Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, o Curso completo de Meteorologia, e que seja organizado o quadro de professores e auxiliares, competentes e zelosos, para garantir o futuro nesta matéria em nosso Estado de Mato Grosso.

CONSTITUINTE E EDUCAÇÃO

CONCLUSÃO DA PÁGINA 2

borada para benefício de poucos em detrimento de muitos. Uma legislação que ainda está em vigor.

É contra essa legislação arbitrária, que os mais diversos setores da sociedade se levantam e pedem uma nova Constituição, elaborada por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, a qual venha recuperar a legitimidade perdida do país. A atual constituição brasileira foi elaborada no momento de maior repressão política que o país já conheceu. Foi elaborada pelo arbítrio, isto é, um número reduzido de pessoas, sem a participação e a discussão popular decidiu em nome de toda a nação. Além disso, a atual Constituição estabelece condições que permitem a perpetuação do arbítrio. Algumas dessas condições, como a eleição do Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, a indicação dos governadores dos Estados da Federação e a nomeação dos prefeitos das capitais, das áreas ditas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais já foram revogadas mas muitas outras ainda permanecem em vigor.

A atual Constituição garante uma exagerada concentração de poder nas mãos do Governo Federal, em detrimento de outras esferas de poder. Com isso o poder de decisão de questões fundamentais para a vida do país fica concentrado nas mãos de uns poucos em detrimento da quase totalidade da população. Essa concentração exagerada de poder nas mãos de uns poucos, além de problemas óbvios, como o emperramento da máquina administrativa, possibilita a proliferação de problemas mais sérios como o abuso de poder e a corrupção. A exagerada concentração de poder nas mãos do Governo Federal é um dos principais responsáveis pelas "tenebrosas transações" de que o país foi vítima nos últimos anos.

No que diz respeito à Educação, essa exagerada concentração de poder nas mãos de uns poucos, permitiu que fossem efetivadas as reformas universitária (1968) e de Ensino (1971) que causaram os sérios problemas anteriormente salientados. Essa intensa concentração de poder, no que diz respeito à Educação, se reproduziu de cima para baixo, partindo do Ministério da Educação até chegar à escola. Nesse processo de concentração de poder, foi desestimulado o debate, o questionamento e a crítica. Os professores, os alunos e os pais de alunos foram aliçados dos processos de decisão, que permanecem nas mãos dos burocratas do ensino, mais preocupados com as propostas desenvolvimentistas do Governo do que com a qualidade do ensino e com o interesse da nação. Quando o país inteiro se levanta para discutir a elaboração da nova Constituição, cabe a nós professores e alunos lutar para que sejam respeitados os interesses da Educação. Uma Educação que seja elemento fundamental no processo de democratização do país. Uma Educação que tenha como ponto de partida a realidade específica de cada comunidade e seja voltada para ela. Uma Educação que seja efetivamente um elemento de liberação para as classes menos favorecidas da sociedade.

É importante que nós, professores e alunos, lutemos para que a nova Constituição garanta de fato o direito à Educação à toda a população. Não simplesmente o direito de pensar pela escola, mas sim o acesso à uma Educação que garanta o direito de aprender, o direito de participar do mundo do conhecimento. É necessário que lutemos para que todos tenham acesso a uma Educação que possibilite o livre exercício da cidadania e que forneça a todos o conhecimento adequado para que possam lutar pelos seus direitos e possam usufruir dos benefícios econômicos e sociais que o desenvolvimento possibilitou ao país.

(Palestra apresentada aos alunos e professores da 3ª série do 2º Grau do Colégio Santo André, em Jaboticabal, São Paulo, em 19 de outubro de 1985.)



OS 260 ANOS DA VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ

UBALDO MONTEIRO

Num 19 de janeiro de 1727, esta histó- rica e hoje efervescente Capital de Mato Grosso deixou de ser povoação, sendo elevada à vila habitada por 3 mil forasteiros. Essa gente rude viveu os duríssimos dias do primeiro lustro das Minas do Cuiabá, que Miguel Sutil descobrira em 1722. A Forquilha de Pascoal Moreira Cabral, onde este tinha fundado a 8.4.1719 o primeiro arraial, ia sendo abandonada pelos seus moradores, que se transferiram para a nova sede do povoado, ao longo do Ribeirão Práinha. Daí somente a grei bandeirante, os paulistas e escravos negros, com os índios misturaram-se e, em promiscuidade, lutaram pela sobrevivência, pois não obstante com os pés em cima do ouro - da riqueza - por toda a cercania do Tanque do Arnesto, penoso era o viver dos fundadores nesses neeros dias de aventuras e de descobertas, quando faltava tudo. As doenças e a fome campeavam à solta e voltar a São Paulo naqueles tempos era enfrentar viagem de 3 a 4 meses de perigos e de dúvida atroz. Chegariam vivos? Tinham muito ouro mas de nada lhes valia - não havia víveres para comprar. Assim ficaram muitos daqueles audaciosos bandeirantes com arrobas de ouro para carregarem e um imenso e perigoso itinerário para vencer. Era uma enorme fortuna ao lado de uma terrível miséria. Joseph Barbosa de Sá viveu a época e pintou o quadro em suas crônicas do Cuiabá. Estevão e Rubens de Mendonça e outros historiadores cuiabanos reproduziram as notícias sobre o viver bandeirante da década da fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Nesses anos tristes o bandeirante era impellido pela ambição e pela audácia, pois não se falava em Mato Grosso, mas somente das Minas do Cuiabá, do Coxipó, e o velho Rio das Bandeiras era a via de acesso perigosa e única. Embora destemidos, os incursionistas estavam, não raro, receosos quando das viagens, pois nas águas do Paraguaí viviam os temíveis índios canoieiros, os Paiaguás. Ao findar o ano de 1726, segundo menciona Barbosa de Sá, o povoado já possuía duas igrejas (construções humildes), três ruas tortas (vielas) e cerca de três mil habitantes. Foi nesse ano, a 15 de novembro, que o Capitão General Rodrigo César de Menezes, então Governador de São Paulo, chegou a Cuiabá, acompanhado de enorme comitiva. O motivo dessa visita era a cobrança dos quintos da Coroa, que S. M. Rei de Portugal alçava sempre poucos os arrecadados, tal a fama das Minas do Cuiabá até mesmo no além mar. Em 1725, os quintos não passaram de 8.953 oitavas de ouro: o soberano português queria muito mais. E, realmente, a partir de 1727 os tributos subiram com sacrifício cada vez maior, do minerador que passou a pagar pesados impostos também das mercadorias providas de São Paulo, com as monções.

Para isso, 45 dias depois de sua chegada a Cuiabá, Rodrigo César - a mando do governo português - elevou o arraial aurífero à categoria de vila, dando-lhe estrutura administrativa e muita segurança ao fisco para garantir o arbítrio. Assim, no dia de Ano Bom, 19 de janeiro de 1.727, há 260 anos, foi lavrado o seguinte termo de ereção de Cuiabá a categoria de Vila (a primeira do oeste brasileiro):

"Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1.727, nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sendo mandado por S. M., que Deus Guarde, a criá-la de novo o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general desta Capitania, e que o acompanhasse pelo necessário, o Dr. Antonio Alves Lanhas Peixoto, ouidor geral da comarca de Paranaquá, sendo por ele elei-

tas as justicas, juizes ordinários, Rodrigo Bicudo Chacim, o Tesoureiro Coronel João de Queirós Macalhães, e vereadores Marcos Soares de Faria, Francisco Xavier de Matos, João de Oliveira Garcia e procurador do conselho Paulo Anhaiá Lima, servindo o Secretário da Comarca Luis Teixeira de Almeida, almotacé o brigadeiro Antonio de Almeida Lara e o Capitão-Mor Antonio José de Melo, levando o estandarte da Vila, Matias Gomes de Faria foi mandado pelo dito Sr. Governador Capitão-General que com o dito Dr. Ouvidor, todos juntos com a nobreza e povo, fossem à praça levantar o pelourinho desta Vila e que em nome de El Rei deu o nome de Vila Real do Bom Jesus, e declarou que sejam as armas de que usasse um escudo dentro com o campo verde e um morro ou monte no meio todo salpicado com folhetas e granitos de ouro, e por timbre, em cima do escudo, uma fênix, e nomeou para levantar o pelourinho ao capitão-mor recente Fernando Dias Falcão a todos sobreditos com o dito Dr. Ouvidor, nobreza e povo foram à praça desta Vila, onde o dito Fernando Dias Falcão levantou o pelourinho, do qual para constar a todo tempo fiz este termo, que assinou o dito Sr. General com todos os sobreditos. E eu, Gervásio Leite Rabelo, Secretário deste governo, dia e era ut supra, - Rodrigo César de Menezes - Antonio Alves Lanhas Peixoto - Rodrigo Bicudo Chacim, João de Oliveira,.....".

Aí sim, nesse mesmo ano o imposto arrecadado elevou-se quatro vezes ao de 1725, isto é, 35.210 oitavas, ouro esse com que Portugal comprou muita baeta e bijuteria dos ingleses. Entretanto, em que pese o aperto do fisco e mais arbitrariedades, a esta visita do Governador de São Paulo e à elevação de Cuiabá à Vila, deve-se o início do seu desenvolvimento cultural, pois até então o povoado só contava com gente analfabeta, alguns egressos das cadeias públicas de São Paulo, Minas e Bahia. Mesmo os chefes das Bandeiras, Pascoal Moreira Cabral, os Irmãos Lemes, eram semi analfabetos (chucros). Com a vinda da Comitiva do Dr. Lanhas Peixoto, que elegeu juizes ordinários, tesoureiro, vereadores, procurador de conselho, secretário da comarca, almotacé (Inspetor de pesos e medidas e controle de preços), a grande maioria portugueses, gente que ficou em Cuiabá a cultura passou a se desenvolver.

A partir de 1727, durante 91 anos, a Cuiabá de Miguel Sutil permaneceu como Vila Real do Senhor Bom Jesus, pois só a 17 de setembro de 1.818, quatro anos antes da independência do Brasil, elevou-se ela à categoria de Cidade, por Carta Régia de Dom João VI, pouco antes deste Monarca deixar o Brasil e retornar a Portugal. Dos historiadores de Mato Grosso, Rubens de Mendonça foi um dos que mais pesquisaram sobre as três primeiras décadas de Cuiabá, não obstante tenha sido seu pai o escritor que, a partir do final do século passado, garimpou notícias nos "cascalhos históricos" dos primeiros cronistas. Esta crônica é, pois, um resumo dos fatos que ocorreram na primeira década de Cuiabá, interessando a sua elevação à categoria de Vila, para comemorar os 260 anos do acontecimento, registrado num 19 de janeiro de 1727. Não é assunto para ser discutido com intelectuais, mormente com historiadores mato-grossenses, que esses trazem-no na retentiva. Destina-se, isto sim, a essa gente das novas gerações de cuiabanos, para que não se esqueçam: dentro de mais alguns lustros as nossas tradições, a nossa história, o desvendar do nosso passado, estarão sob suas responsabilidades. Cumpre então tentar para o mérito destas observações.

DA ARTE DA CONVERSAÇÃO

Antonio de Arruda

Em todos os tempos e lugares, um dos passatempos prediletos era a palestra, a boa conversa. Reuniam-se as pessoas apenas para isto: para conversar, trocar idéias. Os franceses que, durante séculos, ditaram a moda ao mundo, em todos os setores da vida, criaram o termo "causeur" que se tornou universal. Nas reuniões sociais, o "Causeur" se destacava e tinha ao redor de si grupos fascinados pelos casos que contava, com muita graça. Não se confunda, porém, o verdadeiro "Causeur" - espirituoso e nunca enfadonho - com aqueles que desejam simplesmente monopolizar a palestra. Esses conseguem ser apenas desmancha-rodas e deles todos querem distância...

Em Cuiabá, tornaram-se famosos como "causeurs" o Dr. João Vilasboas e os falecidos Desembargadores Amarílio Novis, José de Mesquita, Branco Filho, alguns mais. Excelente "causeur" foi também o historiador Estevão de Mendonça. Muito madrugador, já às duas horas estava postado à janela, esperando algum amigo, madrugador como ele, ou simplesmente notívago, para distraí-lo de suas lucubraciones. Às vezes alguns rapazes saíam do Clube Feminino, após demorado baile, e o velho Estevão conseguia reter-nos com sua agradável palestra, apesar do inusitado da hora.

De Estevão conta-se o diálogo com o Senador Antônio Azeredo em uma das visitas que este fez a Cuiabá. Recolhendo-se já tarde, depois de uma reunião política, ao divisar o amigo, cumprimentou-o:

- Boa noite, Estevão!

- Bom dia, Senador!

O tempo de ambos era o mesmo, só que com sinal trocado...

Aqui, como alhures, o lugar de reunião era sobretudo nos bares, que se enchiam, principalmente antes do almoço ou à tarde. Era a hora em que o burburinho crescia, com as crianças que voltavam das escolas e com as jovens que saíam a passear, álacres, com seus vestidos leves, coloridos, quase luminosos pela fascinação do sol. Os bares então se enchiam, pois era agradável dessestar-se ao som de música suave e discutir sobre coisas amenas...

Os pontos mais procurados para essas reuniões eram o Bar do Bugre, o Bar Sargentini e o Bar do João Pinheiro, todos três na rua Pedro Celestino, ao lado do Jardim Alencastro. Como se vê, os bares eram conhecidos pelos nomes dos proprietários, jamais pelo do registro na Associação Comercial. Cada um deles tinha seus frequentadores habituais, às vezes em grupos animados.

Conta-se que, certa noite, no Bar Sargentini, reuniam-se alguns rapazes da época, onde se achavam Isac Póvoas, Filoqônio Corrêa, João Nunes da Cunha, Itrio Corrêa, entre outros. Era véspera de eleição cujos preparativos inflamavam a conversa. Eis, porém, que passa o Dr. Waldomiro Corrêa, um dos que costumavam participar da roda. Cumprimentou, mas continuou a andar.

- Uai, que é que há? Não vai parar conosco? - perguntou um dos amigos.

- Não, hoje não posso. Vou atrás da patroa. A patroa está lá com as dores.

- Mas isso não se resolve assim de repente. Sente-se aí, tome pelo menos um copo de cerveja.

O outro acedeu ao convite e logo se animou com as discussões que se sucediam no grupo. Quando deu acordo de si já era de madrugada. Ao voltar para casa, um tanto cambaleante, encontrou o filho recém-nascido

deitado na cama. Os familiares haviam desistido de encontrá-lo e tomaram outras providências...

O Bar Sargentini foi vendido a Nicola Molinari que lhe conservou o nome. Nicola, bom amigo, homem honesto, não tinha pendor para o comércio. É o que conta o Engenheiro Cassio Veiga de Sá em seu livro "Memórias de um Cuiabano honorário". O Dr. Cassio não permaneceu em seu informe, mas, ao que constou na época, ele e alguns companheiros do famoso Canil também referido no livro - Edqar Vale, o médico Harvey Ribeiro de Sousa, hoje Brigadeiro, Ormindio Lopes, entraram certa manhã no Bar Sargentini e, quando o Nicola foi atendê-los, pediram uísque.

- Uísque? A esta hora? - estranhou o Nicola.

Em verdade, o uísque era então uma bebida pouco usada. O que predominava era o Madeira, vinho português, ou a cerveja Teutônia, marca que a Brahma extinguiria depois, mas a manteve por muito tempo na quantidade de apenas suficiente para atender à preferência de seus frequentadores de Mato Grosso. De qualquer modo, o Nicola Molinari, como pai de família à antiga (quantos negociantes, hoje, teriam o mesmo escrúpulo?) não se sentia à vontade para servir fora de hora uma bebida daquela aos rapazes - de resto, bons rapazes, e também responsáveis, como demonstraram com o êxito que obtiveram em suas carreiras. Foi o Edqar que, encarando firmemente o Nicola, respondeu pelo grupo:

- Afinal de contas, o senhor é um comerciante ou um padre? Em vez de vender sua mercadoria, quer passar um sermão? Ora essa!

E saíram todos ruidosamente rumo ao Bar do Bugre. Conta o Dr. Cassio que adquiriu, por preço de banana, um estoque de excelentes vinhos franceses do Nicola Molinari, que o guardava no porão, desde os tempos do Sargentini, supondo-os velhos e imprestáveis... Decididamente, o Molinari não conhecia seu ofício.

O Bar do Bugre tinha seus frequentadores habituais e entre eles o saudoso Antônio de Campos. Dizia-se então haver duas categorias de homens: os que, numa roda de bar, pagam as despesas e os que fazem apenas o gesto. O Antônio de Campos pagava sempre. Entre seus convidados, havia, por vezes, alguns ilustres, como os Desembargadores Novis, Albano de Oliveira, Oscarino Ramos, quando, à tarde, desciam o Tribunal, em seus impecáveis ternos de linho branco. O Antônio de Campos possuía um parente, "inimigo íntimo", que, em certa época, assomava a pretender ressuscitar velha questão de família. No Bar do Bugre, alguém, para animar a palestra, instigava o Antônio:

- Olhe, o seu "amigo" anda dizendo que vai mover uma ação contra você. Vai cobrar vinte contos de réis.

- Para ele, respondia o Antônio, eu não tenho vinte, tenho trinta...

E, abrindo o paletó, mostrava o revólver que trazia, na cintura. Pois o Antônio costumava andar armado e na pacata Cuiabá daquele tempo, não se sabia para quê. Não seria por causa do pretensão contendor, que ademais nunca levaria a questão ao ponto de exigir repreensão sangrenta. O andar armado era apenas uma excentricidade daquela alma boníssima, que foi o Antônio de Campos.

O GUARDA-MOR PERPÉTUO DAS MINAS DE CUIABÁ

Pedro Rocha Jucá

Embora não tanto esquecido como Antonio Pires de Campos, o bandeirante que descobriu Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral, o fundador da Capital mato-grossense, merece um maior destaque. Aliás, Pascoal Moreira Cabral não foi devidamente reconhecido em sua época e nem agora. Ele sempre sonhou com o posto de capitão-mór das Minas de Cuiabá e até às vésperas da sua morte ainda lutou por isto. Na Ata de Fundação de Cuiabá o texto está bem claro: "Aos oito dias do mês de abril de mil setecentos e dezenove anos, neste Arraial do Cuiabá fêz junta o capitão-mór Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros..." Como bandeirante, ele era capitão e isto talvez tenha influenciado na redação dos primeiros documentos sobre a Capital mato-grossense.

No dia 8 de abril de 1719, e com o visto final do próprio Pascoal Moreira Cabral, foi também assinada o seguinte termo:

"No mesmo dia, mês e ano atrás nomeados' elegeu o povo em voz alta o capitão-mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda-mór referente até a ordem do senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, so cavar, examinar, fazer composições com os mineiros e botar bandeiras, tanto aurinas como aos inimigos bárbaros, e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar autos contra aqueles que forem réculos, como é amotinador e aleves, que expulsará, e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dívidas, e que nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado, o capitão Antonio Antunes, o que todos levamos a bem hoje, 8 de abril de 1719 anos, e eu Manoel dos Santos Coimbra, escrivão do arraial, que o escrevi".

Alguns historiadores já questionaram a data exata da fundação de Cuiabá, bem como o local da sua assinatura oficial. O mesmo não ocorre em relação aos registros de que a mencionada ata foi lavrada em Sorocaba e trazida posteriormente para Cuiabá a fim de receber as assinaturas exigidas pela burocracia real. O povo elegera Pascoal Moreira Cabral para guarda-mór, conforme o documento acima mencionado, mas não há qualquer designação oficial do seu nome para capitão-mór. Por ser o comandante da bandeira que pela primeira vez fincou raízes na região, ela foi designado, tranquilamente, conforme a tradição da época, para as funções de guarda-mór das minas aqui descobertas.

O primeiro capitão-mór de Cuiabá foi Fernando Dias Falcão, conforme certidão do "Guarda-Mór das Minas do Cuiabá e seu Distrito" Pascoal Moreira Cabral, passada no dia 7 de abril de 1723. O citado documento inicia dizendo:

"O capitão-mór Fernando Dias Falcão me chegou a este arraial do Carandá com 130 homens de guerra de socorro na era de 1718, estando eu e os mais sem armas, sem pólvora, sem chumbo e sem ferramenta, sem termos nenhuma resistencia, e com este socorro ficamos remediados de tudo e restaurou nossas vidas, que estávamos sentenciados pelo gentio à morte, e logo fêz o dito capitão-mór as suas entradas ao gentio bravo e ficaram as minas desinfectadas, como se vê, tudo com risco da sua vida, e despendeu de sua fazenda, e logo foi o dito capitão-mór eleito para nós rezer, o qual em todo este tempo obrou tudo catolicamente, acomodando a todos nós particulares movidos cá amorosamente, conservando o povo unido para se entabularem estas minas, e como me foi pedida..."

O capitão-mór Fernando Dias Falcão foi confirmado no cargo por patente datada de 27 de abril de 1724, em São Paulo, pelo capitão-general Rodrigo César de Menezes. A sua eleição teria ocorrido a 6 de janeiro de 1721, mas o capitão-mór Fernando Dias Falcão já estava em Cuiabá há algum tempo. Não há uma data exata sobre a sua chegada, mas uma certidão passada no dia 25 de abril de 1719, pela Câmara de Sorocaba, dizia que ele voltava, então, às distantes minas levando 40 negros, entre os quais iam ferreiros, carpinteiros e alfaiates. Sabese ainda que ele foi o condutor dos primeiros quintos enviados para São Paulo, no montante de 942 oitavas e meia de ouro, que chegaram ao seu destino em 1723. Na sua patente de capitão-mór, o capitão-general Rodrigo César de Menezes afirma que Fernando Dias Falcão vivia há cinco anos em Cuiabá, de onde voltava em 1723 para São Paulo. A primeira patente de Fernando Dias Falcão foi a de cabo-mór das Minas de Cuiabá, que é datada de 6 de novembro de 1720, considerando-se a pouca importância dada por São Paulo ao período que antecedeu à descoberta das Minas de Cuiabá.

Contudo, não existem dúvidas quanto à importância de Pascoal Moreira Cabral para a História de Cuiabá. Ele foi mais do que o fundador da Capital mato-grossense, pois buscou ouro também nas regiões próximas, conforme diz o documento seguinte:

"Aos vinte e quatro dias do mês de junho botou o guarda-mór Pascoal Moreira Cabral uma bandeira a descobrimento de ouro, adonde foi por guarda-mór Manoel Garcia Velho junto com o escrivão das datas, adonde descobriu um ribeiro, por nome São João, com pinta de oitava e meia, de meia pataca e de dois vinténs, e outro ribeiro, Santo Antonio, com a mesma pinta; ribeiros de parte para se repartir, e por assim ser verdade mandou o guarda-mór passar este termo por mim escrivão de datas, que o escrevi bem e fielmente à fé do meu ofício, hoje quinze do mês de agosto de 1719. — Pascoal Moreira Cabral — Manoel Garcia Velho".

Mesmo sem ser o capitão-mór que tanto sonhara, como guarda-mór das minas ele exerceu a sua autoridade com destaque, pois Joaquim da Costa Siqueira, em suas "Crônicas de Cuiabá", afirma textualmente:

"Os primeiros quintos de ouro que nestas minas se cobraram para El-Rei foram os que arrecadou Pascoal Moreira Cabral, desde que se comecou a minerar até este ano de 1723, que era a duas oitavas e meia por cada ano de toda a pessoa que trabalhava em qualquer ofício que fosse, assim brancos como negros, e índios; e fez esta lotação o mesmo Pascoal Moreira Cabral, regulando-se pelas Minas Gerais, aonde se paçou o mesmo em seus princípios, e tudo arrecadou com muito zelo e cuidado, e apurou quatro arrobas de ouro, que enviou pelo dito padre André dos Santos para justiça nestas minas que o guarda-mór Pascoal Moreira Cabral, que as administrou na forma do assinado que lhe fizeram e já fica conlado. Repartia as lavras, acomodava as contendas que por elas havia, fazia pagar dívidas, julgava as contendas e demandas que se moviam, tudo verbalmente, sem que houvesse forma alguma de processo, com tanta prudencia, acordo e agrado das partes, que todos lhe ficavam obrigados, tanto os vencedores como os vencidos. Era paulista dos bons, homem chão, sem letras, pouco polido, de agudo entendimen-

CONTINUA NA PAGINA SEQUINTE

O GUARDA-MOR PERPÉTUO DAS MINAS DE CUIABÁ

to, sem maldade, sincero, caritativo por exemplo, servia e remediava a todos com o que tinha e no que podia, esperto na milícia dos sertões e no exercício de minerar pelo ter já exercitado nas Minas Gerais, valeroso e constante no trabalho; faleceu nesta vila e jaz sepultado na igreja matriz dela e deixou um filho do mesmo nome, que depois da morte do pai veio a estas minas e voltou para povoado".

Pascoal Moreira Cabral foi a primeira autoridade que existiu em Mato Grosso. A sua liderança era incontestada. Ele sabia se identificar com os primeiros moradores de Cuiabá. Contudo, o governo da Capitania de São Paulo tinha outros planos, reservando-lhe apenas as funções de guarda-mór das minas como uma espécie de recompensa pelo seu trabalho na implantação do Arraial de Cuiabá. A respeito, assim escreveu Virgílio Corrêa Filho em "História de Mato Grosso":

"Como crescesse de continuo o povoado, urgia ordená-lo, para evitar que se desmandasse, à minúcia de autoridade legal. Primeiramente, por escolha espontânea dos companheiros, assumiu Pascoal Moreira Cabral as atribuições de guarda-mór regente, conforme reza o termo de 8 de abril. Competia-lhe "guardar todos os ribeirões de ouro, socavar, examinar, fazer composições com os mineiros e botar bandeiras, tanto auríferas como aos inimigos bárbaros", com faculdade de expulsar os insubmissos às suas ordens. Era, em suma, o governador da região, enquanto não recebesse aviso em contrário de São Paulo. Exercia, porém, o poder patriarcalmente, conforme lhe sugeria o bom senso e a intenção de acomodar os litigantes. "Era paulista dos bons", assim o definiu quem porventura o conheceu pessoalmente, ou pelo menos pelas referências dos contemporâneos. Para que não reclamasse o fisco, determinou, "reulando-se pelas Minas Gerais, que pagasse cada pessoa duas oitavas e meia anualmente". Desta maneira, conseguiu arrecadar, até 1723, quatro arrôbas de ouro, primeira contribuição de Cuiabá, "que enviou pelo dito padre André dos Santos para a Provedoria de São Paulo". Antes que sucumbisse, viu-se Pascoal Moreira Cabral substituído em grande parte das suas atribuições primitivas. De nada lhe valeu solicitar ao Rei a confirmação do seu mandato popular, baseado nas realias prometidas aos descobridores de minas auríferas".

A liderança de Pascoal Moreira Cabral foi contestada pelo grupo encabeçado por João Leme da Silva, Lourenço Leme da Silva e Pedro Leme da Silva, os conhecidos irmãos Leme, que posteriormente foram vítimas de perseguições. Ainda participavam do grupo partidários locais de Fernando Dias Falcão, que de cabo-mór chegou a capitão-mór das minas de Cuiabá. Homem rico e um dos maiores mineiros da Capitania de São Paulo, ele contou também com o apoio do capitão-general Rodrigo César de Menezes, que não gostava do fundador de Cuiabá.

Sabedor do que se fazia contra a sua pessoa, Pascoal Moreira Cabral endereçou carta a Dom João V, no dia 15 de julho de 1722, assinada nas "Minas do Cuxipó", relatando os seus serviços e solicitando, por se achar destituído de fundos, com mulher e três filhos, a sua confirmação como guarda-mór das minas de ouro de Cuiabá e de capitão-mór regente dos sertões em que ele servia há seis anos. Concluiu-se, portanto, que Pascoal Moreira Cabral chegou a esta região em 1716. Ele lembrou ao soberano português que trouxe muitos dos gentios conquistados para o gremio da igreja e que na diligência de descobrir ouro, prata e pedras pre-

ciosas, "distante da cidade de São Paulo, Serra Acima quatro meses de viagem", perdeu um filho e 15 homens entre brancos e escravos. Entendia, também, que as minas do "ribeiro Cuxipó" tinham a grandeza das de Minas Gerais, podendo dar muitos lucros à Fazenda Real, tanto nas passagens dos rios como nos dízimos. Informou que já havia explorado Rio Paraquai, Rio Cuiabá e Rio do Maranhão, estando então de partida, com 70 "homens de guerra" para novos descobrimentos. O Conselho Ultramarino resolveu consultar o governador da Capitania de São Paulo e no dia 13 de agosto de 1724, o capitão-general Rodrigo César de Menezes enviou correspondência a Dom João V comunicando ter confirmado Pascoal Moreira Cabral Leme nas funções de guarda-mór das minas de ouro de Cuiabá, mas não o achava capaz de ocupar o cargo de capitão-mór regente, "não só pela sua muita idade, como pela pouca atividade que tem para o poder desempenhar".

Descontente com isto, Pascoal Moreira Cabral não teve mais interesse pela vida e sua morte ocorreu em extrema pobreza. Estevão de Mendonça, baseando nos "Apontamentos Inéditos", de João Augusto Caldas, afirmou que o fundador de Cuiabá morreu aos 70 anos de idade no dia 10 de novembro de 1724. Contudo, o capitão-general Antonio da Silva Caldeira Pimentel baixou provisão no dia 19 de julho de 1730 nomeando Antonio de Almeida Lara para o cargo de guarda-mór pelo tempo de um ano, considerando "se acharem as minas de Cuiabá sem guarda-mór, que prontamente faça repartição das terras aos mineiros, por estar ausente delas Pascoal Moreira Cabral Leme, que pelos seus muitos anos e achaques, viúve retirado das ditas minas, e ser necessário prover-se guarda-mór, que haja de acudir com prontidão à repartição das terras..."

O motivo principal do afastamento de Pascoal Moreira Cabral do desempenho das funções de autoridade suprema das minas de Cuiabá foi a integridade do seu caráter, que não aceitava os desmandos do capitão-general Rodrigo César de Menezes, que na tentativa de manter o seu cargo, ameaçado junto ao rei de Portugal, levou o fisco ao extremo, quase acabando com a vila real que ele próprio veio instalar. Estevão de Mendonça, em "Datas Mato-grossenses", assim exalta a figura do fundador de Cuiabá:

"Homem probo e tolerante, identificado com a sorte dos seus camaradas de peregrinação, de cujos trabalhos e fadigas comoartilhava, contra eles não podia empregar o rigor que ao governador de São Paulo se afigurava necessário para o aumento do real erário, senão mesmo para o proveito pessoal, como mais tarde deixou descoberto. Servidor dedicado, dentro do honesto e do justo, Moreira Cabral não se prestava, porém, à extorsão".

Em carta régia de 25 de julho de 1725, Pascoal Moreira Cabral foi confirmado por Dom João V como o guarda-mór das minas de Cuiabá. Até para lhe comunicar que a sua solicitação foi parcialmente atendida existiu a marca da injustiça. Quando a notícia oficial chegou a Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral já estava morto, sepultado em cova rasa, segundo os cronistas da época, no chão da atual Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sem qualquer identificação. Até hoje não foram encontrados os seus restos mortais. Os séculos não apagam para sempre a luz dos grandes homens. Cuiabá deve erger um mausoléu em homenagem ao seu fundador, Pascoal Moreira Cabral, não só pelo reconhecimento dos seus grandes méritos como administrador, como também para corrigir a grande injustiça de que foi vítima. Se ele morreu pobre, esquecido e longe dos únicos sobreviventes da sua família, dois filhos, que faleceram em Sorocaba, os cuiabanos devem tributar um carinho todo especial à memória da dignidade do grande bandeirante Pascoal Moreira Cabral, o guarda-mór perpétuo das minas de Cuiabá.

OBRIGADO, POR PODER FELICITÁ-LO

Octayde Jorge da Silva

Figura alta, esquelética. O corpo, alquebrado, desnutrido, já não fazia sistema com a vertical do lugar. Se o descrevesse como curvado para a frente, derubado pelo peso dos anos, reforçaria apenas um lugar-comum, nos contos que andam por aí... e mais: estaria mentindo! ... O que, realmente, o retirava de prumo, não era a força da idade... era a leveza da fome, que lhe marcava o corpo, o gesto, a voz, o andar, as atitudes... e lhe vestia o rosto de uma tristeza, que com ele dormia e com ele se levantava... Ar de cansado, ainda que não mostrasse um trabalho comum sequer, que o autorizasse a exibir o cansaço! ... Mas, na concepção normal de serviço, para a sociedade da década de 30, que se esvaía no tempo, sem nenhuma esperança ou expectativa da vida nova, nada lhe explicava a indolência... Contudo, corria a cidade, àquela época, pequena, do Porto ao Largo da Mandioca, do final do Areão ao despojado Quilombo... andava... andava... à procura de aniversários! ...

O pareio surrado, escuro por força de muitos hábitos e razões, dentre eles o de esconder a sujeira... não era nem do tipo do bate num guará no baú não pára, pois não o trocava mesmo porque... nem o lavava. Mas nunca se esquecia do paletó. E não usava sapatos!.. Defendia-lhe os pés, um par de neolim "marrão". Debaixo do braço, o jornal! ... Dali, tirava o seu exótico, esdrúxulo mesmo, trabalho... que era, talvez, a sua única refeição. Era um aristocrata da fome... Só ceia. Mas, o jornal, por quê? É que os jornais da época em que o Jacinto esteve atuante, no fim dos anos 30 - "A Cruz", "O Estado de Mato Grosso" - traziam, com muita seriedade, a informação sobre os aniversariantes do dia! ... Não era só a Rádio "A Voz D'Oeste", que, na voz de So Raída Rueda, ao meio-dia, num patrocínio da Casa Athayde, loja "chic" da cidade, onde comprar era "demonstrar elevação de bom-gosto", anunciava os aniversários do dia!... Os jornais também davam o evento... e as notícias vinham solenes... circunspectas... com aquele gosto e brilho que o provinciano defende com bravura. E dentre eles, eu!

Quantas vezes não li aqueles jornais e me delicieei com notícias de puro sabor interiorano, tais como, fazem anos hoje: o competente médico Dr. Sílvio Almeida... a inteligente menina Noíse, diletta filha do industrial Sérgio Curvo, pertencente a uma das mais ilustres famílias de Cuiabá, o farmacêutico Augusto de Figueiredo, lente de Química, do prestigioso "Lyceu Cuyabano"! ... aniversariou ontem a Sra Maria Costa... pessoa de destaque na nossa sociedade! ... Era assim! Pois é... O caso é que o Jacinto lia, religiosamente, os jornais de Cuiabá... e ficava sabendo dos aniversariantes do dia! A noite, quanto adivinhava que a festa já ia alta, pois não chegava cedo nem tarde... aparecia, à hora prevista, para os parabéns...

A chegada do Jacinto à festa do aniversário era preanunciada pela correria da garotada. É que nos aniversários, enquanto as meninas brincavam na sala de visitas... de "me dá um canto" - sempre havia o cêlbre "pegador" dos meninos, num trecho da rua, em frente à morada. Assim, a entrada do Jacinto... macro, desconfiado... com ar mais para medroso do que para entrão, era precedida pela algazarra e correria da criançada,

que mal respirando, quase "sem falta de ar", gritando, anunciava: Chegou Jacinto, chegou Jacinto!... Era um fuá... Um Deus nos acuda!... Então, tudo se interrompia!... Quem conversava, calavase imediatamente como se estivesse brincando de Era uma vez uma vaca amarela... quem falar primeiro... tirrim fechô o balaio!... Quem comia, se não parava de mastigar... pelo menos fazia menos barulho com os dentes e soprava pouco pelo nariz, diminuindo o peristaltismo das bochechas. Estabelecia-se um silêncio, soturno, parecido com aquele concerto de notas graves, de "A prece", trecho de José de Alencar, na Antologia Nacional, que fazia parte das leituras, das cópias e dos ditados feitos, diariamente, na primeira parte das aulas do exame de admissão do Seu Isaac!...

Pois bem, com a presença do Jacinto, a criançada se colocava junto ao aniversariante, pois sabia que a ele seriam dirigidas as homenagens. Aquele, compenetrado pela honraria que se pronunciava... pois dentro em pouco, iria receber, através da saudação do Jacinto... assumia uma posição de falsa modéstia e de suspeita concordância... como a dizer "mas que chateação"... logo comigo, que não gosto disso?... para finalizar que não desejava ser ou parecer importante.

Como num teatro... atores no palco... plátia em silêncio... crianças atentas, levando umas, a mão à boca, para esconder um ar de irreverência... ou reprimir uma gargalhada preste a estourar, o Jacinto tomava a sua posição característica... inequívoca... pre-dileta... inconfundível!... Mão direita levantada, a berta, palma esticada e voltada para cima, à altura dos olhos, como se estivesse lendo, atentamente - olhos pregados na mão - uma folha de papel do discurso, ainda que imaginária!... Então, saudava o aniversariante!... O discurso... era o mesmo de sempre... de ontem... de hoje, o mesmo feito há pouco, na rua da Piçarra ou na rua Formosa... ou quem sabe na rua da Esperança, numa casa da rua da Fé, na rua da Caridade!... Ou não teria sido no Beco Torto ou no Beco Alto. Sim... porque o Jacinto ia, às vezes, a mais de um aniversário, numa mesma noite!...

Certo, é que o discurso saía... o mesmo em todos os lugares... recitado, decorado, sem nenhum entusiasmo... parecendo uma cópia do livro de receitas do "Carlos Góis", onde o filólogo ensinava a redigir cartas para felicitações de aniversário, sentimentos de pêsames, votos de feliz casamento, desejos de proveito sa viagem, etc!... E mais: o fluxo de palavras vinha em cadeado... corrente... rápido... Mesmo porque, o que o Jacinto queria... era terminar logo, para receber a sua recompensa: o pratinho de doces, que ele comia, guloso, matando uma fome, para a qual ninguém tinha conta de multas de mora, os juros e a correção monetária... Prato limpo... missão cumprida!... Contudo, por via das dúvidas, esperava, meio desconfiado, como que assustado, se viria o copo de guaraná, que, normalmente, acompanhava o pratinho de doces, nessas festas de aniversários, cheio de maçãzinhas, cajuzinhos, bombocados, bolos de queijo, broinhas, francisquinhos - nessa época o famigerado brigadeiro ainda não tinha chegado a Cuiabá,

SOBRE AS OUVIDORIAS DE CUIABÁ E MATO GROSSO

Lenine Nequette.

O primeiro Ouvidor a pisar as terras de Mato Grosso foi o Dr. Lanhas Peixoto, que deixara Paranaquã para acompanhar o Governador D. Rodrigo César de Meneses, e a quem este, na mesma semana de sua chegada a Cuiabá, em 22 de novembro de 1726, confiou-lhe as funções de Superintendente, Ouvidor-Ceral e Provedor dos Defuntos e Ausentes. Coube-lhe estar aos atos de elevação do povoado de Pascoal Moreira Cabral à categoria de Vila com o nome Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (19 de janeiro de 1727), e fazer os pelouros para Juizes ordinários, Vereadores, Almotacés e mais Oficiais de Justiça. Não foi feliz Lanhas Peixoto na sua estada por aquelas paragens. De logo, atritou-se com o P. Lourenço de Toledo Taques que, nomeado visitador pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. Antônio de Guadalupe, ao abrir devassa a respeito de seu antecessor na paróquia - o P. Manuel Teixeira Rabelo, decidiu-se a prendê-lo 'com grande estrépito e confusão'. Recorreu o pre-judicado ao Ouvidor e Juiz dos Feitos da Coroa, que o mandou soltar, fazendo jus assim à excomunhão do Vigário por intrometer-se na jurisdição eclesiástica. Em seguida, incorreu no desagrado do Governador que pretendia obrigar-lo a sentenciar à morte - para exemplo dos demais - um escravo que assassinara um morador: negou-se Lanhas Peixoto, argumentando 'que o fizesse S. Exa.' que em semelhantes casos tinha despótica autoridade como General', pois que ele, Ministro, 'estava obrigado a guardar as leis, e estas lhe não davam tal autoridade'. Retrucou-lhe o Governador que "ou enfocasse o negro ou cedesse, o cargo de Ouvidor que ele proferia em quem muito lhe parecesse.

O Ouvidor aceitou o alvitre, tanto mais que, tempos antes, já se haviam desentendido ambos, acerbamente, a propósito da prisão de Antonio Barroso, conhecido jogador acusado de cobrar as apostas ganhas e negar o pagamento das perdas. Entendia-se o Governador superior a todas as Justizas. 'Neste Estado do Brasil, dizia, criou Sua Majestade que Deus guarde Governadores, locos-tenentes seus, superiores a toda as mais Justizas, e capitães-generais primeiros na milícia, a quem deu poder para bem reger e governar os seus vassallos, e quando o Príncipe comete o Governo ao seu locotenente é visto cometer-lhe o conhecimento de todos os casos que no dito governo entre os povos se moverem, que é o em que consiste a execução do Governo'. Ao que lhe havia respondido o magistrado 'que as leis de El-Rei Nosso Senhor Impediam aos Ministros prender alguém sem culpa formada em autos, e sem prova de testemunhas... e isto é não só a ordenação que assim o dispõe, determina e manda, mas trivial dos D.D., nem vi, nem ouvi dizer haja algum contrariado'.

Afastado já do cargo, no qual se fizera empossar o Juiz Ordinário Rodrigo Bicudo Chassim, que saíra nos pelouros de 19 de janeiro de 1727, acusava-o ainda Rodrigo César: 'V. Mcê. largou voluntário os empregos de que eu o havia encarregado, esquecendo-se do caráter de Ministro está advogando publicamente, escrevendo contínuas sátiras da sua letra e de interpostas pessoas, assinadas pelas partes ou advogados, emburalhando os auditórios, aconselhando, ambas as partes, fazendo os papéis de uma e outra na mesma causa, com ofensa da Justiça e prejuízo das ditas partes, sem dúvida a tropelando o respeito de Ministro com escândalo geral, de que se segue prejuízo do serviço de Deus e de Sua Majestade e bem comum' (Carta de 5 de junho de 1728).

Recolheu-se, então, o Ouvidor ao sítio de Antônio de Almeida Lara, na Chapada, a dez léguas de Cuiabá, a caçar perdizes: algum tempo depois, em junho de 1730, pereceria às mãos dos palaguás, que lhe destruíram a monção em que conduzia sessenta arrobas de ouro como, aliás, de tudo já se fez menção em outro lugar. O Juiz Ordinário Rodrigo Bicudo Chassim, tendo de viajar

para São Paulo, transmitiu a Ouvidoria interina ao mestre-de-campo Antão Leme da Silva, eleito de barrete, o qual, por sua vez, já a havia transferido a Diogo de Lara Morais - quando, a 4 de junho de 1728, dois dias antes de seu regresso a São Paulo, resolvia Rodrigo César extinguir a jurisdição de Ouvidor-Ceral enquanto Sua Majestade não ordenasse o contrário. Com a sua partida, diz a crônica, 'melhorou tudo, cessaram as excomu-nhões, execuções, lágrimas e gemidos, praças, fomes, enredos e miscelâneas, apareceu logo ouro, produziram os mantimentos, melhoraram os enfermos...'

Essa ventura, porém, não havia de durar muito. D. João V, tendo criado a 29 de março de 1729, o lugar de Ouvidor de Cuiabá, para aí despachou o bacharel José de Burgos Vila Lobos que, em fins de 1730, 'entrou a fazer justiça com força e a pôr em arrecadação as fazendas dos defuntos e ausentes' e, de parceria com o irmão, Caetano de Burgos, tesoureiro dos ausentes, 'tornou-se tão perseguidor dos seus jurisdicionados, que o próprio Capitão-General (já então Antônio Luiz de Tavora, Conde de Sarzedas, que tomara posse a 14 de agosto de 1732), ciente do que sucedia longe de suas vistas, comunicou, a 11 de novembro de 1733, ao governo lusitano, que, por sua causa, violências e arbitrariedades, se despovoava Cuiabá. Suas execuções, acrescentara, haviam feito com que em 1732 desertassem de Cuiabá mais de duas mil pessoas, donde resultou grande decréscimo dos reais quintos. E a dispersão, uma vez principiada, não mais se deteria'. O sucessor de Vila Lobos foi o Ouvidor João Gonçalves Pereira, que se empossou a 29 de dezembro de 1735 e empreendeu, com o auxílio do povo e dos sertanistas decididos, a ligação de Cuiabá a Goiás por terra. Por essa estrada foi conduzida a primeira boiada considerável, que chegou à vila em setembro de 1737. 'Anteriormente, raras seriam as reses conduzidas nas monções, como as referidas por Cabral Camelo. A abertura do caminho terrestre, embora cruzasse a região dos caiapós, reduzia os prejuízos resultantes da morosa navegação, agravada pelas incessantes hostilidades dos indígenas'.

Não se deteve, contudo, o despovoamento da vila. Em fins de 1737, na monção do Ouvidor Gonçalves Pereira, para o Guaporê, cerca de 1.500 pessoas dali desertaram, além de mais de uma centena, que regressaria a São Paulo acompanhando o Tenente-General Manuel Rodrigues de Carvalho... 'ficando sítios, casas e lavras, tudo deserto; somente ficaram na vila sete homens entre seculares e clérigos e alguns carijós; gente preta só algum pajem que servia a seu senhor'. Coube-lhe inquirir dos sertanistas que haviam perlustado as missões castelhanas do Guaporê, cujas respostas aos seus quatorze quesitos, em data de 20 de setembro de 1743, constituem - provavelmente redigidas por José Barbosa de Sá (que se atribui a autoria exclusiva na Relação das Povoações) - o documento n. IX, recolhido pelo Prof. JAIME CORTESÃO no Tomo II dos Antecedentes do Tratado, Parte III. Esse documento somado àquele que em 30 de janeiro de 1741 encaminhara à Metrópole sobre ocorrências fronteiriças, e solicitando providências acatadoras dos domínios portugueses, ensejou a Real Ordem de 5 de agosto de 1746, para a fundação de uma vila na região fronteiriça, 'que polarizasse as energias disponíveis e atraísse elementos de fora, mercê dos privilégios concedidos aos povoadores, pela isenção de impostos e regalias prometidas'.

A João Gonçalves Pereira sucedeu Manuel Nunes Nogueira, de quem se sabe que examinou pessoalmente o local em que, nas cabeceiras do Paraguai, se descobriam minas de ouro, tomando então as providências que lhe cabiam - a nomeação de funcionários, a partilha das

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE



terras minerais 'e tudo o mais que convinha para o bem comum'. 'Apenas se ausentara, porém, de regresso à vila constou-lhe que de mistura com o ouro apareciam pedras, cuja exploração era privativa da Coroa. Abriu inquérito e, verificada a veracidade da notícia, mandou os seus oficiais a suspender aquele descobrimento, o que teve tão pronta execução, que em menos de oito dias ficaram aqueles distritos despovoados'. Faleceu em abril de 1748, sendo substituído pelo mestre-de-campo Manuel Dias da Silva, que delegou poderes a Bernardino de Oliveira Leitão e a Garcia Rodrigues Pais para efetivamente a partilha das datas minerais de Rio Preto, onde os agressos das minas interditas haviam encontrado ouro, mas de onde igualmente foram em seguida mandados evacuar - tão logo se noticiou a coleta de alguns diamantes.

Criada a Capitania de Mato Grosso, concomitantemente com a de Goiás (9 de maio de 1748), coube a Gomes Freire de Andrada assumir interinamente a direção dos negócios em ambas as circunscrições, uma das quais (Goiás) chegou a visitar por volta de 1749. Dom Marcos de Noronha, nomeado a 14 de setembro de 1748, entrou no governo da de Goiás a 8 de novembro de 1749, e Dom Antonio Rolim de Moura, cujo diploma fora assinado a 25 de setembro de 1748, empossou-se no cargo, em Cuiabá, a 17 de janeiro de 1751 - quase dois anos depois do seu Ouvidor, o Dr. João Antônio Vaz Morilhas, que entrou no exercício do cargo a 20 de março de 1749. As dissensões entre as duas autoridades enchem uma longa página na crônica judiciária. Logo que passou por Cuiabá, a caminho de Vila Bela, chegaram aos ouvidos do Governador graves queixas de seus moradores contra o Ouvidor, que - dizia-se - escorchava-os impudentemente. De prevenção contra o magistrado, ordenou então o Governador a soltura de um preso, João de Sousa Nogueira, contra quem Morilhas desfechara recente perseguição. O Ouvidor rerepresentando a 29 de agosto de 1751 contra a insólita invasão das suas atribuições, viu pronunciar-se a seu favor o Conselho Ultramarino, a cuja consulta seguiu-se a Carta Régia de 17 de maio de 1753, pela qual ficou Dom Antônio Rolim de Moura advertido de que não lhe era lícito intrometer-se nos negócios forenses e em tudo o mais que pertencesse à jurisdição dos Ministros da Justiça...

Doze dias depois, no entanto, isto é, a 29 de maio de 1753, dava-lhe 'El-Rei D. José por finda' a sua jurisdição: 'Faço saber a vós, Fernando Caminha de Castro, Ouvidor-Geral nomeado para o Cuiabá, que eu houve por bem, por Decreto de 22 do corrente, haver' por acabado ao bacharel João Antônio Vaz Morilhas o referido lugar de Ouvidor-Geral do Cuiabá, que está exercendo, pelo que sou servido ordenar-vos, como por esta o faço, suspendais ao dito bacharel João Antônio Morilhas e lhe tireis residência de todo o tempo que tiver servido o dito lugar e dos mais cargos que serviu no mesmo tempo, e a seus oficiais, na forma da Ordenação e Regimento, perguntando na dita residência se este Ministro comerceou, contra a disposição da minha lei de 29 de agosto de 1720 e Alvará de 27 de março de 1721; e ou trossim se vos ordena que separadamente tireis residência ao dito bacharel João Antônio Vaz Morilhas de todo o tempo que serviu o cargo de Provedor dos Defuntos e Ausentes e a seus oficiais pelos capítulos que com esta se vos remetem, vindos da Mesa da Consciência e Ordens' na conformidade da minha Resolução de 14 de dezembro de 1750, tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino... e tanto que as ditas residências forem acabadas mas em viáveis, separadas uma da outra; as informações e autos delas cerrados e lacrados, a meu Conselho Ultramarino, expressando nas vossas cartas o que constar em cada uma das ditas residências e de como o bacharel João Antônio Vaz Morilhas me serviu nos ditos lugares, com o mais que achardes na informação particular que também

háveis de tirar do seu talento, vida e costumes, e se foi de bom acolhimento às partes, que tudo será entregue ao Secretário do dito Conselho'.

Não chegou Caminha a alcançar o Cuiabá. Roteando o Guaporé, faleceu a 10 de janeiro de 1754, vítima de 'umas sezões de que já havia tido seus ameaços' pelo caminho... Representaram então ao Governador os camaristas, pedindo-lhe o afastamento de Morilhas. Respondeu-lhes cautelosamente Rolim de Moura, a 24 de maio de 1755: 'Eu reconheço a opressão em que vossas mercês têm vivido com ele e também não ignoro as minhas diligências pelas moderar, e podem estar certos que sinceramente desejo atalhar o que vossas mercês receiam e procurar-lhes todo o sossego e quietação, e até onde se entender a minha jurisdição não pouparei meio nenhum conducente a este fim. Porém, o que vossas mercês podem é de tão grande poderação que eu não me atrevo a tomá-lo sobre mim e assim tenho escrito sobre este particular' ao Senhor Vice-Rei do Estado, com as cópias da carta de vossas mercês e da ordem que o Desembargador Fernando Caminha de Castro trazia para a dita suspensão'. E concluía que 'enquanto esta determinação não chegar, vossas mercês não abram novidade alguma a este respeito, antes se conservem sempre na mesma dependência do Ouvidor respeitando e obdecendo como a Ministro d'El-Rei'.

Dom Marcos de Noronha, Vice-Rei do Brasil pela Carta Régia de 24 de junho de 1754, fez reunir a 20 de agosto de 1755, em Vila Boa de Goiás, onde ainda se encontrava, uma Junta - integrada pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos, Governador e Capitão-General daquela Capitania, o Ouvidor-Geral Sebastião José da Cunha Soares e Vasconcelos, o Intendente do Ouro e Provedor da Fazenda Real Anastácio da Nóbrega, os Drs. Jerônimo Moreira de Carvalho, Felipe da Silveira e Sousa, José Gomes de Oliveira e Inácio José Alves de Oliveira, e o Vigário da Matriz Dr. Antônio Rodrigues Fontana - à qual se leu a representação dos Oficiais da Câmara da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. E a Junta votou unanimemente 'que se devia intimar o bacharel João Antônio Vaz Morilhas que tinha findo o tempo do seu lugar por Sua Majestade o haver assim de terminado...'. Comunicada ao Governador a decisão da Junta, tocou a Teotônio da Silva Gusmão, Juiz de Fora e de Órfãos da Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, executá-la. Esquivou-se, todavia, por isso que atarefado na construção da Matriz e com a saúde em condições impróprias à afanosa viagem naquela quadra chuvosa - como declarou em 3 de dezembro de 1755, fazendo ao mesmo passo demissão do lugar de Ouvidor do Cuiabá para que se pudesse exercer o Dr. Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa, Intendente dos Quintos e Provedor da Fazenda Real...

O Senado da Câmara de Cuiabá, ciente dessa escusa, notificou ao Ouvidor Morilhas e ao seu substituto, pedindo-lhes o comparecimento. Morilhas, como era de esperar, não atendeu, e o Senado deu posse ao Dr. Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa (20 de dezembro de 1755). De tal maneira, porém, manobrou o magistrado deposto, que o seu substituto não se julgou desembaraçado para exercer o cargo. Atalhou o inconveniente o Governador, ao qual se havia dirigido o Senado, enviando então a este a incisiva Carta Régia de 31 de março de 1756: nela, determinava El-Rei D. José que se suspendesse logo ao dito Ouvidor atual João Antônio Vaz Morilhas, ainda que por qualquer incidente se dilatasse ou morresse o novo Ouvidor que haveria de nomear. De posse dessa carta, e instruído pelo Governador, intimou o Senado da Câmara novamente o Ouvidor Morilhas, o qual sem mais remédio, não só compareceu à sessão de 2 de julho de 1757, como ainda assinou o termo em que se retificava a sua suspensão e se empossava em seu lugar, o Intendente Brito e Costa.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Sindicou de seus atos, a seguir, autorizado pela Carta Régia de 13 de julho de 1757, o Juiz de Fora Manuel Figueiredo. Morilhas (conforme resultou da sindicância), na primeira correição que fizera, em 1750, de cada revista de balanças e pesos cobrara 3/4 de oitavas de ouro, em vez de 1/4. Provocara demandas, mesmo em assuntos 'que facilmente se poderiam decidir' por um simples despacho, com o só propósito de embolsar as custas. No tocante a inventários, não se contentara só com puxar a si as heranças, senão que procedia de tal maneira 'que foram raríssimas as pessoas que morreram no Cuiabá que ainda que deixassem testamento lhes não fossem os bens parar ao juízo', onde sofriam desfalques de vulto, como as de um Manuel Nunes Coelho, reduzidos de mais de 1.000 oitavas de ouro. Em Vila Bela, uma Benta Cardoso mandou-a o Ouvidor remeter presa para Cuiabá, de cuja cadeia saía à noite para lhe ir à casa, por ser 'moça e bem parecida'. Arrematara 'para si no mesmo juízo em que era Presidente' a uma filha que Caetano de Burgois, irmão do primeiro Ouvidor de Cuiabá, tivera com uma escrava, 'para o fim de usar mal dela, como usou', resultando dessa união um filho. Enfim, com a sua prepotência, tornara-se por demais temido na vila. O bacharel João Fonseca da Cruz, seu cunhado, fora denunciado como prevaricador por José Ferraz, bacharel formado: Morilhas prendeu o acusador e as testemunhas contrárias, a quem a Relação da Bahia sentenciou (mais tarde) favoravelmente.

Em 13 de julho de 1761 foi preso, tendo-se ao mesmo tempo seqüestrado os seus bens, avaliados em 19.000 oitavas de ouro, em que se incluíram 156 diamantes pesando cerca de 81 quilates: carregara-os em pequenos embrulhos, que lhe foram tomados à força, já na prisão. Executou a diligência o Capitão-Mor de Cuiabá Francisco Lopes de Araújo. E ao Sargento-Mor prático João de Sousa de Azevedo coube recebê-lo em Vila Bela para custodiá-lo a Belém do Pará. Em agosto de 1761 chegou o primeiro Ouvidor de Mato Grosso, Manuel José Soares, em cuja Carta Régia se ordenava ao Governador da Capitania que lhe desse posse, por não ter havido tempo para se lhe passar a costumada pelo Desembargo do Paço: e nesse mesmo ano ficou inteiramente a capital em Vila Bela para a sua residência. Em 1764 esteve o Ouvidor em correição no Cuiabá, já acumulando, desde o falecimento de Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa, ocorrido em 22 de dezembro do ano anterior, as funções de Provedor e Intendente (conforme as ordens de S.M., averbadas no Livro 10. da Intendência antiga, a fl. 51), no exercício das quais pôs em ordem o almoxarifado da Fazenda Real.

Durante a sua gestão (mais precisamente' a 24 de março de 1766), foi morto por Antônio Ribeiro de Brito, a porretadas e cutiladas, o Juiz e Guarda-Mor de Araras (que depois se denominou Santo Antônio de Araras), Manuel de Oliveira Ferreira. Assim que se teve notícia do ocorrido, expediu o Juiz de Fora Dr. Constantino José da Silva Azevedo (o qual, participada a sua nomeação com a Carta Régia de 28 de agosto de 1760, somente veio a assumir o lugar, em Cuiabá, a 09 de agosto de 1762) uma escolta de trinta capitães-do-mato para prender os facinorosos, mas inutilmente. 'Toda esta desordem - refere o cronista - aconteceu por emulações e mexericos, que devem evitar os que administram justiça, não admitindo a seu lado sujeitos de péssima conduta por se livrarem de dar e ter desgostos. Aquele arraial era descoberto de poucos tempos por um paulista, chamado Amaro Leite Moreira, e como o ouro era limitado foi-se somente povoando em seus princípios por alguns foragidos por dívidas ou crimes, pois o lugar é remoto e próprio para semelhantes indivíduos porque, como já disse, dista desta Vila o melhor de

cem léguas e outras tantas de Golás, invadido do gentio o bárbaro, e está junto do Rio das Mortes, cuja água bebem os seus habitantes, pestífero, pouco abundante de matos e por isso estéril de mantimentos, e seu sustento comum são palmitos, por cuja causa morriam muitos nos seus princípios.

Isto posto, passados alguns anos, descobriram uma pedreira em que se faziam jornais de duas, três e mais oitavas por semana; pretenderam logo que houvesse justiça para desafogo das paixões a que está muito sujeita e propensa a natureza humana. Foi com efeito provido por esta Câmara por Primeiro Juiz e Guarda-Mor o dito Antônio Ribeiro de Brito, conhecido pelo mais prudente e de melhor conduta e capacidade entre aqueles moradores. Tomou posse e entrou a exercer os seus empregos com inteira satisfação de todos, de sorte que a sua boa fama soava ainda fora dos limites daquela mesma povoação. Não teve duração esta felicidade de mais tempo que aquele que o dito Juiz governou isento dos enredos que lhe entrou a fulminar um seu cunhado por nome Caetano Neto, logo que foi residir no dito arraial, fazendo com que o dito Juiz tivesse alguns procedimentos, suposto que com causas justas, porém reprováveis, se não houvesse péssimo e diabólico conselho. Daqui resultou fazerem-se parcialidades e entrarem os êmulos a procurar que se provesse naqueles empregos o desgraçado Manuel de Oliveira Ferreira, e assim aconteceu, vindo este a suceder nos de Juiz e Guarda-Mor ao dito Antônio Ribeiro. Tomando posse, entraram os seus sequezes e apaixonados a pertencer (exercer) com a vara da jurisdição a sua vingança; porém, sendo ciente o dito Ribeiro das maquinações que contra ele se forjavam na oficina do ódio pelos malévolos, cuidou em por-lhes o último fim com a morte do dito Juiz. Assim o executou e na verdade não só obteve a vida daquele desgraçado homem, como o mesmo ouro do dito arraial, que chegou à decadência tal que hoje lá apenas assistem alguns pretos forros, com alguns criminosos que procuraram aquele recanto para se refugiarem.'

No dia 19 de janeiro de 1769 entrou em Mato Grosso e tomou posse do governo daquelas capitâneas, vindo pela monção do Pará, o General Luís Pinto de Sousa Coutinho, e, com ele, veio (para substituir o Dr. Manuel José Soares) o Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca Dr. Miguel Pereira Pinto Teixeira. Em outubro de 1771 andou pelo Cuiabá, por ordem de Sua Majestade, a sindicância do Primeiro Juiz de Fora daquela Vila, o Dr. Constantino José da Silva Azevedo, e a fazer correição finda a qual recolheu-se à cabeça da Comarca. (O Dr. Constantino, registre-se de passagem, fora substituído pelo Segundo Juiz de Fora de Cuiabá, o Dr. João Batista Duarte, natural da Vila de Guimarães do Reino de Portugal, tendo assumido o seu lugar em 23 de dezembro de 1766; dez anos depois, a 8 de janeiro de 1776, chegava à Vila o terceiro Juiz de Fora, o Dr. José Carlos Pereira, natural da Vila de Cachoeira, fazendo a sua entrada 'muito plausível, com grandioso acompanhamento de povo que foi esperar ao caminho em distância' de quase duas léguas: empossou-se no cargo a 2 de março daquele mesmo ano, 'em cujo ato fez uma, suposto que concisa, mas doura e bem ordenada fala', entrando a exercitar a sua jurisdição 'com muita atividade'.)

O Ouvidor seguinte foi o Dr. Luís de Azevedo Sampaio, que em 28 de janeiro de 1776 chegou a Cuiabá 'com sua mulher e filhos', fazendo 'perder o horror que ainda às pessoas de outro sexo causa viagem tão penosa e dilatada'. Serviu ele de Intendente e Provedor (por ausência do Dr. Miguel Pereira Pinto Teixeira, que servia os ditos cargos com o de Ouvidor) até 17 de fevereiro, em que entrou a servir o novo Provedor

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

dor Felipe José Nogueira Coelho: 'este cargo mandou ' Sua Majestade criar de novo, porque tinha sido servido pelos intendentes por anexação, como se diz no ano de 1746'. E com estes dois Ministros letrados se celebrou em 23 de abril, desse mesmo ano, uma Junta da Justiça, em execução da Real Carta de 12 de agosto de 1771. Na Rua dos Mercadores, pelas cinco horas da tarde do dia 13 de junho (de 1778), desfechou-lhe um tiro de espingarda um José Tavares Barbosa, com o qual tivera o Ministro dissensões antigas. Faleceu nesse mesmo dia, pelas oito horas da noite, enquanto que o criminoso, em execução da sentença que veio a ser proferida pela Junta de Justiça, foi enforcado dentro de oito dias, na mesma rua e lugar do tiro, em que se mandou levantar a forca e nela deixar o corpo pendente por três dias, e a cabeça e as mãos até se consumirem pelo tempo. Sua Majestade aprovou este procedimento pela Provisão de 2 de julho de 1779, que se registrou no Livro 50. da Ouvidoria...', mas não deixou de aprovar também, pelo mesmo decreto, o sumário ou devassa que se tirou das desordens do dito Ministro, e da fidelidade dos povos daquela Capitania.

Deixou, então, de ser o substituto do Ouvidor, nos seus impedimentos ou ausências, o Intendente e Provedor, como se fazia desde a Provisão de 10 de dezembro de 1750. Por isso, foi o lugar assim vago ocupado - não pelo Provedor e Intendente, e época o Dr. Filipe José Nogueira Coelho, mas pelo Juiz de Fora de Cuiabá, o Dr. José Carlos Pereira. Esse magistrado, em 1779, erigiu na missão de Santana da Chapada, uma igreja para servir de matriz daquela freguesia, 'em cujo trabalho empregou o seu desvelo, a sua fadiga, o seu cuidado e muita parte da sua fazenda', concluindo-a no dia 31 de julho, em que nela celebrou a primeira missa o Revdo. Vigário da Vara José Correia Leitão. E, depois de deixar quase rematada a construção de uma capela (dedicada a São Gonçalo), junto ao porto da vila, embarcou-se em duas canoas suas, a 18 de novembro de 1781, tomando o rumo de Lisboa, 'de onde foi despachado para o lugar de Intendente e Provedor da Real Fazenda da Capitania de Goiás com beca honorária': sucedeu-lhe no lugar de Juiz de Fora de Cuiabá o Dr. Antônio Rodrigues Gaioso, que ali chegara, a 17 de janeiro, vindo pela cidade da Bahia, e se empossara no dia 22 de mesmo mês (janeiro de 1781).

Em 28 de dezembro de 1780, deu no Mato Grosso o novo Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca, Dr. Joaquim José de Moraes, que em setembro de 1782 fez correição em Cuiabá, recolhendo-se em novembro para a cabeça da comarca. No seu tempo, em 1783, desmembrou-se do julgado da Vila de Cuiabá o arraial de São Pedro Del-Rei, 'e foram seus primeiros Juizes Ordinários eleitos na Câmara da Capital o Capitão-Mor Salvador Jorge Velho, natural da Vila de Itu da Capitania de São Paulo, e o Guarda-Mor do mesmo arraial André Alves da Cunha, natural do Reinado de Portugal'. Foram neste ano tão excessivas as águas, que além dos muitos prejuízos que causaram as cheias dos rios, as chuvas de fevereiro na Chapada fizeram grande dano, como experimentou a Igreja de Sant'Ana, que lhe caiu por terra a parede da capela-mor que fica, por detrás do retábulo do altar, aquela mesmo em que o dito retábulo se firmava; porque como fica dito, da parte do sul donde no presente ano vinham as maiores tempestades e forças d'águas, não puderam resistir ao ímpeto delas. Esta notícia deu causa ao Dr. Juiz de Fora, conservador da missão, Antônio Rodrigues Gaioso, para que passasse àquela freguesia a examinar o estrago que feito e considerando o total desamparo da missão, por que os índios seus habitantes são, como todos sabem, capazes para destruir, e não para conservar, aplicou -

se a pedir algumas esmolos e com elas fazer aquele concerto, que concluiu e ficou na verdade muito bom.

Por ocasião, porém, desses reparos, no dia 23 de abril de 1784, pelas nove horas da noite, quando o dito Ministro chegava à porta da casa onde assistia, que era a do pároco, 'ao tempo que chamava por um seu escravo, lhe dispararam um tiro de arcabuz com balas e perdigotos...' Escapou por milagre, mas en tranharam-se-lhes os tais perdigotos pela barriga, pelo quadril e pela mão esquerda, e suposto viveu, não deixou contudo de ficar puxando algum tanto ou quanto da perna esquerda...' Conduziram-no para a vila em uma rede, 'que carregaram os índios com muito trabalho, por que ele era bastante cheio e alto'. 'Faziam-se duzentas mil idéias, e todas iam dar nos inocentes índios, atribuindo-se-lhes o malefício por serem desconfiados e vadios, e haverem sido algumas vezes disto mesmo repreendidos pelo dito Ministro por ocasião do serviço da mesma obra.' Chegando a notícia ao Governador, participada pelo Mestre-de-Campo Antônio José Pinto de Figueiredo, 'foi tal a paixão que concebeu, que sem embargo de se achar o Dr. Ouvidor Joaquim José de Moraes fora da capital em diligência do Real Serviço, assim mesmo lhe expediu ordens as mais apertadas para que logo passasse a esta vila, para o que estavam prontas as bestas e mais conductas da Fazenda Real, e procedesse a uma exatíssima devassa do caso acontecido, fazendo prender e com toda a segurança conduzir para a cadeia da capital a todo e qualquer delinqüente que fosse compreendido na culpa, para ser castigado com as penas estabelecidas contra os agressores de tão graves e enormes delitos.

Em execução daquelas ordens suspendeu o Dr. Ouvidor-Geral a diligência em que se achava, e partiu a executá-las na verdade com aquela atividade que tem de costume; chegou à esta vila em 11 de julho, começou a devassar, passou à missão, e voltou prosseguindo a diligência com muita eficácia. Foram compreendidos na devassa dois individuos, um mandante e outro mandatário e executor, que parecia inerível se hoje por boca de ambos, ou de um deles que foi o mandante, se não viesse a saber com toda a certeza, pois teve o desacordo de assim o manifestar a muitas pessoas, já nas minas de Goiás por onde se retirou, e já na Capitania de São Paulo, aonde andava, asseverando que ali queria esperar o dito Ministro para o acabar, quando ele por ali passasse de regresso para a Corte, visto que a primeira diligência não teve o efeito da pretensão. Foi mandante um Pedro Marques Henriques, natural do Reino de Portugal, que vivia nesta vila de sua taverna, o qual depois de se haver executado o péssimo insulto, foi um dos que marchou desta vila como soldado auxiliar com outros mais, por ordem do mestre-de-campo comandante, a ir encontrar ao dito Ministro para o escoltar até esta vila...

A Causa por que este diabólico homem mandou fazer o abominável insulto, foi porque o dito Ministro o mandou prender no segredo, e procedera a perguntas para averiguar se era ou não compreendido na morte de um escravo de Manuel Nunes Ferreira Borges, de quem era este péssimo homem particular amigo, e se presumia haver dado adjutório para a dita morte, que foi feita a violências de açoites, e isto mesmo disse ele depois que fugiu destas minas, por escápula, que lhe deram os seus amigos; sendo o mandatário e péssimo assassino, e vilíssimo executor do nefando delito, outro Pedro José dos Passos, homem mamaluco, natural da freguesia de Araitaguaba, da Capitania de São Paulo. Preso, todavia, o indigitado Passos, logrou fugir, valendo-se da piedade ou da tolice do soldado Bento Rodrigues Fontoura, a quem conseguiu convencer da alliviá-lo dos ferros em que

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

vinha. Paçou então o soldado a sua culpa, conservando - se-o na prisão por dois anos. Juiz de Fora desde 6 de dezembro de 1785, passou o Dr. Diogo de Toledo Lara Or donhes a exercer inteiramente as funções de Ouvidor da Comarca a 6 de setembro de 1789, e à sua pena (e não à de alguma secretário seu, ao contrário do que pretende A DE TOLEDO PIZA, que fez publicar o documento na Revista do Instituto Histórico de São Paulo, vol. IV, 1898-1899 p. 219-242) se deve o registro, seguido de algumas anotações, das festas que se celebraram por ocasião do seu aniversário, em 1790, e que se prolongaram do dia 6 de agosto a 8 de setembro; página das mais curiosas e memoráveis para o estudo dos costumes cuiabanos - e da cultura ali em voga - ao findar o século XVIII.

Começou-se, evidentemente, por uma solene cerimônia religiosa, à qual se fizeram presentes as mais altas autoridades eclesiásticas locais, entre elas o Vigário da Igreja e Vara Dr. Vicente da Cama Leal e o Comissário Subdelegado da Bula Revdo. Antônio de Arruda Leite. E nessa mesma noite celebrou-se o primeiro baile dirigido pelo Prof. José Zeferino Monteiro, que, vestido de saloio, regeu as contradanças: ao que se seguiram outros, em todos os quais, porém, as 'damas' não eram senão cavalheiros, que se apresentavam de 'máscaras' - destacando-se logo no segundo baile, pelo 'extraordinário asseio' selas, principalmente estas três: o Major Gabriel da Fonseca e Sousa, o Alferes Joaquim Rodrigues de Oliveira e um tal de Francisco Dias... Depois, vieram as cavalhadas, e, de permeio com os bailes, representações dramáticas, que fechavam com cantos e recitativos. Levaram-se à cena, por incrível que pareça, as 'mais variadas comédias e tragédias: Aspásia na Síria, Irene Perseguida e Triunfante, Saloio Cidadão, Zenóbia no Oriente, Dona Inês de Castro, Amor e Obrigação, O Conde d'Alarcos, Tamerlão na Pérsia, Zaíra, O Tutor Ena morado, Êsio em Roma, Focas, Sganarellos, sem falar em outras cujos títulos não se mencionaram. Tamerlão na Pérsia, essa, representaram-na uns crioulos, ensaiados' por Francisco Dias Pais, custeando as despesas do teatro, luzes e músicas, o Major Gabriel de Fonseca e Sousa, e fazendo destaque o preto Vitoriano, recém liberto 'inimitável nos papéis de caráter violento e altivo': os mesmos pardos, aliás, assumiram a responsabilidade da ópera Êsio em Roma, custeada pelo alfaiate Jacinto Ramalho Lisboa e ensaiada pelo Escrivão da Ouvidoria Manuel Leite Penteado. E, como nos bailes, as Irenes, as Zenóbias, as Astréias... eram todas do naipe masculino, confeccionados os seus trajes pelo Capitão Joaquim Xavier da Costa Vale, sobre o qual recaíra o cuidado e o trabalho de adornar as várias figuras de damas todas as funções. Silvério José da Silva revelou-se, no particular, de uma grande versatilidade: foi singular no papel de Branca, d'O Conde d'Alarcos, e não se saiu menos mal nas roupagens de Zaíra, de Fênix ou de Inês de Castro...

Nem faltaram a dar a sua contribuição os caixeiros de lojas, os pequenos comerciantes e os traficantes, que prontamente atenderam ao convite de José Duarte do Rego para uma dança (do domingo, dia 22, à tarde), apresentando-se os galãs vestidos à maruja e as 'damas' com saias de chita, bem armadas, com coifas e chapéus de volantes, preparados de flores e xarões... E pode-se imaginar o quanto custou essa interminável festança, com a grande profusão de luzes de cera no teatro (que naquele tempo andavam bastante caras), as decorações do jardim, 'quarneckido de estátuas no alto de cada um dos quatro arcos', as vistosas fantasias dos figurantes, e a orquestra - que, mais numerosa que as anteriores, se apresentava ainda com uma singularidade até então nunca vista naquelas paragens: uma trompa... Mas não teria custado menos ao magistrado: 'Em todas estas funções - escreveu ele - quando são horas, vêm os cai

xas e trombetas e com os eles os soldados que hão de servir na comédia, ópera ou tragédia, acompanhar-me na ida e na vinda, e então comem, bebem, etc.'

Não fora, afinal, conceder-se demasiada importância ao assunto, e seríamos tentados a transcrever, uma por uma, as 'obras poéticas' que se recitaram nas noites de 6 e 15 de agosto - as únicas, aliás, que se copiaram, 'das muitas que se ouviram nas noites sobreditas e em outras ocasiões próprias da... festividade': Este soneto, no entanto, 'recitado por um sujeito de respeito e merecimento, trajado de rica farsa de dama', é uma bela mostra das trabalhadas composições' (que fazem suspeitar não ser outro o seu autor senão o próprio homenageado):

Soneto

Vosso nome será sempre lembrado
enquanto o Cuiabá tiver viventes,
passando de umas gentes a outras gentes
a fama do verão o mais honrado.

No foro tendes vós perpetuado
instruções sábias, justas e prudentes;
e nos pleitos deixais todos contentes,
pois sabem que sô a bem sois inclinado

Os que das letras têm conhecimento
sem faltar a verdade bem dirão
que deixais aos vindouros documento;

Os mais todos, senhor, confessarão
que a justiça encontrou em vós assento
e as ciências acharam o seu Platão.

'No dia 11 de dezembro (de 1791) fez o seu desembarque no porto desta vila (de Cuiabá), vindo pelos caminhos dos rios, o novo Juiz de Fora destas mi nas o Dr. Luís Manuel de Moura Cabral... Aos 28 de janeiro (do ano seguinte)... tomou posse em Câmara do seu lugar, entrando logo no exercício de Ouvidor interiorino, que estava servindo seu antecessor (o Dr. Diogo de Toledo Lara Ordonhes). Poucos meses depois, porém, a 16 de novembro (de 1792), assumiria o lugar de Ouvidor e Corregedor da Comarca o Dr. Antônio da Silva Amaral, que ali chegara 'vindo pelo caminho de terra'. Voltou, então, ao seu posto, o Dr. Luís Manuel de Moura Cabral (15 de dezembro de 1792): e a 31 de maio de 1793, pelas dez horas da noite, sucedeu-lhe um 'atrevi do e ridículo atentado' por dois cavaleiros que, às pancadas de paus, quebraram as vidraças e gelosias das casas de sua residência, deixando à porta um forçado com um cartucho de pólvora, e, retirando-se pela praça da vila, nela dispararam um tiro, como sinal do seu grande triunfo... Em 1796, foi o Dr. Antônio da Silva Amaral substituído pelo Ouvidor-Geral Francisco Lopes de Sousa Ribeiro de Faria e Lemos, o qual, por seu turno, teve como sucessor, em 1804, ao Dr. Sebastião Pita de Castro: chegado a Cuiabá a 20 de março, em companhia do novo Governador e Capitão-General Manuel Carlos de Abreu e Menezes, com este partiu para a capital a tomar posse do seu lugar, em 27 de junho. Ali faleceu em 4 de março de 1806, ocasião em que foi avisado o Dr. Gaspar Pereira da Silva Navarro, Juiz de Fora de Cuiabá, para se passar imediatamente à Vila Bela e entrar como Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca pela lei.

Do Livro "O Poder Judiciário no Brasil: Crônica dos Tempos Coloniais" - vol. II, págs. 115 - 129.

MÉDICO E O SEU TRANSPORTE

Luis Philippe Pereira Leite.

Conta-se que no passado o conceituado médico Augusto Novis atendia seus clientes valendo-se de bela montaria, servindo-se ainda de um pequeno bastão, misto de bengala que costumava rodar com a mão direita em sentido vertical. Certo dia passando por lugares de galharia baixa, tocou com a ponta do bastão numa casa de marimbondos e o cavaleiro e a montaria se viram em apuros para se livrarem das perigosas vespas. Para o médico de outrora, não havia alternativas e o transporte era a montaria. Serviam-se, via de regra, de belos animais, de pelos claros, gordos e bem tratados. O do doutor Alberto Novis, filho daquele é também competente médico, tinha o nome de "Telegrama", talvez porque chegasse rápido por ser bom marchador. Doutor Cesário Alves Corrêa, embora clinicasse durante pouco tempo, não deixou de ter o seu cavalo, em que pese o seu conhecido gosto e fazer longas caminhadas a pé.

Os médicos Caio Corrêa, Corsino Bouret, Agrícola Paes de Barros, Antonio de Pinho Maciel Edamiondas e mais tarde Athaide Lima Bastos, assim apareceram os primeiros automóveis, deixaram de lado os respectivos cavalos. Silvio Curvo demorou um pouco mais para fazê-lo e Virgílio Alves Corrêa Neto foi o último médico a servir-se de cavalo, formado que foi no começo dos a-

nos 30. Foi o primeiro, todavia, a usar motocicleta, antes de passar para o automóvel. Clóvis Pitaluça de Moura e José Monteiro de Figueiredo, formados em 1939 também se valeram da motocicleta antes de utilizarem o automóvel. Henrique de Aquino, Farid Seror, Benedito Aécio Moreira da Silva, José Leite de Figueiredo e outros, também tiveram a mesma utilização. Ainda conheci montando seu bonito cavalo o veteraníssimo Estevão Alves Corrêa, mais tarde presidente do Estado de 1923 a 1926, para concluir o segundo mandato presidencial do Coronel Pedro de Celestino Corrêa da Costa que, por motivo de saúde, não teve condições para tanto.

Os cavalos em geral eram dóceis e ficavam parados à frente da residência dos clientes presos pela rede alguma ferragem da porta ou do gradil. Quando faziam as suas necessidades, o esterco era bem acolhido, recolhido para curtir e depois ser empregado no revigoramento das roseiras e de outras plantas ornamentais dos nossos jardins.

NOTA: Segundo depoimento do Dr. Virgílio Alves Corrêa Neto, o primeiro profissional a utilizar motocicleta em Cutabá, teria sido o Dr. Luis da Costa Ribeiro Filho.

OBRIGADO, POR PODER FELICITÁ-LO

CONCLUSÃO DA PÁGINA 10

para grudar na sola dos sapatos dos convidados - e mais o acadêmico e insubstituível punhado de balas, enroladas em papel de seda, de várias cores, onde o tamanho e o desenho de franja conferia "status" ao confeito!... Depois... sem outras expectativas... o Jacinto se ia. Saía como chegara!... Anônimo... sem despedir-se, nem com um "muito obrigado"... apenas acompanhado, novamente, pela criança, que agora se comportava como acompanhantes e não mais como batedores.

A conversa animada voltava. As crianças tornavam-se aos brinquedos, o aniversariante ficava à vontade, descontraindo-se novamente... a dona da casa recuperava o tempo perdido e reassumia a função trepidante de servir os convivas, com um fingido ar de amou... encabulada, por ter sido interrompida na sua alegre tarefa de servir bem e gentilmente os convidados. E lá se ia o Jacinto. Talvez, para um outro aniversário que ele descobrira nos jornais... ou quem sabe? direto para casa!... dormir, desta vez sem fome, porque fora feliz na fêria da noite! Mais tarde, a festa terminava!... O aniversariante, contente porque ganhara alguns presentes, tivera em sua casa muitos amigos a levar-lhe os parabéns, muitos dedos de prosa animada, que seria recordada pelo mês inteiro... a dona da casa, satisfeita, uma vez que havia proporcionado aos presentes, uma fes-

ta pródiga e momentos de delicada atenção e interesse!...

Quanto ao Jacinto, coitado... já desaparecido, restava a lembrança da figura folclórica, rica de ensinamentos, na luta pela vida, onde tantos fracassaram, desistiram, agrediram, assaltaram, roubaram e mataram. No entanto, ele soube viver... e fez de sua experiência, um comportamento diferente de trabalho!... Os que o conheceram... estão agora a lembrar-se, eternecidos, dele. Jacinto contrariou a ordem das cousas. Primeiro tornou-se estória, para depois virar lembrança. No meu tempo de menino, ir sempre a batizados, bailes, brincadeiras, piqueniques... era ser arroz de festa. Mas, quando a criança descobria um aniversário para ir, a cada semana do mês, e para isso pedia dinheiro para comprar presente, pois desejava comparecer, mesmo sem ser convidado, a mãe, logo dizia: Eta menino que inventa aniversário prá ir. Tá que nem Jacinto... Assim, lenário, tornou-se uma figura que, no passado, foi motivo de zombarias e gracejos, sem dúvida!... Hoje, é um impressionante tema para reflexão!... Pois aí está um caso inédito... inusitado mesmo, e ao arripio das convenções sociais... uma vez que quem felicitava é que dizia "brigado"!...



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR